



BOLETIM OFICIAL

S U P L E M E N T O

S U M Á R I O

CONSELHO DE MINISTROS:

Resolução n° 22/2011:

Manda publicar o Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011-2016.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução nº 22/2011

de 14 de Junho

Convindo tornar público o Programa do Governo para a VIII Legislatura, apreciado pela Assembleia Nacional, na sua Sessão Especial de Abril de 2011;

No uso da faculdade conferida pelo nº 2, do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo único

É publicado o Programa do Governo para a VIII Legislatura, constante do anexo ao presente diploma.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

**PROGRAMA DO GOVERNO
PARA A VIII LEGISLATURA 2011 – 2016**

1. Cabo Verde na via do progresso

1.1. Uma década de sucessos

A última década foi um período notável para Cabo Verde. A Nação fez progressos tremendos, o que lhe vale ser mencionada frequentemente como uma “história de sucesso” no seio dos países em vias de desenvolvimento. Como Nação, pudemos consolidar os ganhos e enveredar por uma nova agenda nacional de transformação económica e de modernização social. Hoje, os cabo-verdianos estão muito optimistas em relação ao futuro. As coisas mudaram e mudaram para melhor em todas as áreas da vida nacional.

A economia, por exemplo, cresceu ao longo da última década a uma média superior a 6 por cento ao ano, apesar dos impactos negativos da recessão internacional que começou em 2007/2008. Muitos acreditam que esta seja uma das piores recessões dos últimos 75 anos. Políticas macroeconómicas prudentes e investimentos e políticas estratégicas de fomento de factores competitivos, tais como a infra-estruturação, a criação de um ambiente favorável ao sector privado, a reforma do sector público e o investimento nas pessoas, contribuíram imensamente para esses resultados. Assegurámos a estabilidade macroeconómica com baixa inflação e melhorámos os rendimentos da população, de tal forma que o rendimento *per capita* de hoje é o dobro do que era há uma década. De notar que estamos a alargar a base económica. Nesta década, o sector do turismo cresceu a mais de 10 por cento anualmente. Igualmente, iniciámos o processo de construção de novos sectores, tais como o da tecnologia da informação, dos serviços financeiros e do *trans-shipment*, ao mesmo tempo que o sector da pesca foi expandido.

O crescimento económico e as intervenções estratégicas conduziram a um decréscimo importante dos índices de

pobreza, que caíram de 37 por cento, em 2001, para cerca de 24 por cento, em 2010. O índice de pobreza decresceu de mais de 1 por cento anualmente durante a última década. Isto resultou em que mais de 53.000 pessoas fossem retiradas da pobreza durante a última década. Enquanto Nação, já atingimos 4 dos 8 Objectivos de Desenvolvimento do Milénio fixados pelas Nações Unidas. Significativamente, estamos posicionados para conseguir os restantes objectivos, antes ou até à data-alvo de 2015. Este é um feito notável, visto sermos dos poucos países na nossa região capazes de atingir os ODMs. Mas isto não é suficiente. O objectivo nacional é o de construir um tecido social novo, de oportunidades iguais para todos e de pôr fim à pobreza extrema. O facto é que estamos a consegui-lo.

Também estamos a fazer progressos significativos em muitas outras áreas para além da do crescimento económico e da redução da pobreza. Entre estas encontram-se as da solidez das instituições e da credibilidade internacional. Como Nação, Cabo Verde transformou-se hoje num ponto de referência num amplo leque de matérias tais como a democracia, a liberdade, a transparência da gestão financeira. É normal agora Cabo Verde estar classificado entre os melhores da nossa região e em pé de igualdade, em muitos casos, com países referência da Europa em muitas das classificações globais.

Um elo chave da redução da pobreza tem a ver com as mudanças importantes que operámos na agricultura. Os esforços de modernização da agricultura estão a dar os seus frutos. A produção agrícola está em ascensão. Os preços de géneros alimentícios produzidos localmente estão, em alguns casos, a baixar. Estas realidades no sector devem-se aos substanciais recursos que investimos em barragens, em diques para mobilização de água, bem como à facilitação para adopção de técnicas de cultivo modernas, incluindo a rega gota-a-gota. Hoje, temos uma maior área irrigada. O acesso ao crédito igualmente aumentou com as reformas e programas no sector das microfinanças. O apoio aos agricultores e às associações igualmente vêm contribuindo para o novo dinamismo no sector agrícola.

Não existe qualquer outra área em que se tenha investido tanto como o das infra-estruturas. Sabemos que somente com infra-estruturas adequadas e modernas podemos atingir o objectivo da transformação económica e aumentar a competitividade do país. Temos agora quatro aeroportos internacionais, expandimos e modernizámos dois portos e estão em curso obras em mais cinco. Expandimos e modernizámos a rede de estradas asfaltadas. Igualmente, construímos pontes. Alargámos a rede eléctrica a 95 por cento do território nacional. Também aumentámos o acesso à água significativamente, com cerca de 90 por cento da população com acesso à água potável. Construímos escolas e agora todos os municípios possuem pelo menos um liceu. Hospitais e/ou centros de saúde foram igualmente edificados em todos os municípios. Tudo isto conduziu a um aumento significativo da qualidade de vida das populações e melhorou a capacidade das pessoas de produzir e ganhar maior rendimento. Os agricultores, por exemplo, podem agora fazer chegar os seus produtos ao mercado. As mulheres e as crianças podem aceder mais facilmente a hospitais e às escolas. Viajar pelo país é muito mais fácil e cómodo.

Também tomámos uma série de decisões estratégicas no sector social de apoio às famílias. Entre elas conta-se a expansão da protecção social, com o objectivo de se atingir a cobertura universal. Presentemente, temos mais de 183.000 cabo-verdianos cobertos pelo sistema de segurança social. Integrámos os agentes da administração pública no sistema de segurança social e alargámos a cobertura a muitas profissões tais como os trabalhadores por conta própria e as empregadas domésticas. Aumentámos a pensão social mínima mensal para cinco (5.000) mil escudos, beneficiando cerca de 23.000 idosos e deficientes. Iniciámos um programa para garantir que todos os cabo-verdianos tenham uma moradia digna. Este programa conta com a colaboração de um largo número de parceiros, incluindo os municípios, as organizações da sociedade civil, os grupos religiosos, as associações juvenis, as empresas, as pessoas singulares e os próprios beneficiários. Mais de 18.000 famílias com cerca de 50.000 pessoas já receberam apoio para reabilitar, expandir ou reconstruir as suas casas.

No que diz respeito à capacitação, investimos recursos substanciais no sistema educativo. O alvo tem sido sempre criar as habilidades necessárias para a nova economia e inculcar a atitude do empreendedorismo na sociedade cabo-verdiana. Aumentámos o investimento no pré-escolar, no primário, no secundário, no profissional e no ensino universitário. Introduzimos programas fortes como bolsas de estudo, donativos e refeições quentes nas escolas para estudantes mais necessitados. Concedemos mais de 11.000 bolsas de estudo para o ensino superior nos últimos anos. No ano lectivo 2009-2010 foram concedidas 5.000 bolsas de estudo, no valor de 500 milhões de escudos. Também perdoámos dívidas de estudantes relativas a bolsas de estudo, no valor de cerca de um milhão de contos.

Igualmente estamos a modernizar a maneira como as pessoas aprendem, através da introdução do “Mundu Novu”, um programa que tem em vista a capacitação da sociedade para a inovação, através, nomeadamente, do desenvolvimento de conteúdos interactivos em todos os níveis de ensino, da distribuição de computadores (150 mil) nas escolas, para alunos e professores, de forma a permitir a inclusão tecnológica com coesão social, do empreendedorismo do sector privado, da promoção das acessibilidades e conectividade das TIC nas escolas e na sociedade, do desenvolvimento das infra-estruturas das redes e da competitividade nacional na exportação das TIC; facilitámos o acesso das escolas à Internet e aos novos métodos de aprendizagem. Investimos, igualmente, na criação da Universidade de Cabo Verde e favorecemos a criação de um bom número de universidades privadas.

O resultado dessas políticas públicas foi o reforço da cidadania, a melhoria sensível da qualidade de vida dos cabo-verdianos e a classificação de Cabo Verde como um dos países com melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de África.

Fizemos também progressos no esforço de reforma para criar em Cabo Verde um ambiente mais favorável ao sector privado, porque acreditamos ser este o cerne da agenda de transformação. Estes esforços estão a produzir

resultados. Cabo Verde foi classificado entre os dez países mais reformadores do mundo no relatório “Doing Business 2011” do Banco Mundial. É agora muito mais fácil criar empresas e obter licenças. Melhorámos o acesso aos recursos financeiros com o fomento da concorrência no sector financeiro, com a criação de fundos para a indústria e para a pesca, com a melhoria do relacionamento do Governo com o empresariado e suas associações. Criámos uma agência, a ADEI, de apoio às PME em Cabo Verde e de promoção do empreendedorismo. Reduzimos várias vezes os impostos, de forma a facilitar o desenvolvimento e o crescimento de empresas, e criámos incentivos fiscais especiais para os empreendedores jovens. Adicionalmente, estamos a estabelecer as bases para a internacionalização da economia cabo-verdiana e para transformar Cabo Verde numa plataforma de serviços internacionais.

Um elemento estratégico da Agenda da Reforma do Estado foi a criação da UCRE, para garantir a coerência e articular aspectos importantes desse ambicioso programa de reformas. Ao longo da sua execução, lançámos programas de grande envergadura, como a reforma do sistema e do processo eleitorais, a reforma da justiça, o programa de reforço do sistema de segurança nacional, das funções de soberania e da autoridade do Estado, a reforma das finanças e das contas públicas, a reforma fiscal, o processo de racionalização de estruturas, o programa de reforço das funções de fiscalização e de regulação, o plano de capacitação e qualificação dos recursos humanos para a reforma do Estado e da Administração Pública.

Nesse quadro, a dinâmica das iniciativas e processos de inovação e modernização do sector público propulsionados pelo NOSI no quadro da implementação do programa de governação electrónica e o fomento da Sociedade de Informação, garantiram a articulação de *back offices* e criaram soluções e produtos integrados como a empresa no dia, a reforma do processo de licenciamento e as certidões *online*, que mudaram o paradigma do relacionamento dos serviços públicos com o cidadão e as empresas e iniciaram uma autêntica revolução no sector. Implementámos a Casa do Cidadão, com a missão de promover e operacionalizar uma nova cultura de prestação de serviços centrada nas necessidades do cidadão e do empreendedorismo, na vertente de atendimento presencial em unidades físicas desconcentradas, na vertente *website* utilizando o portal (www.portondinosilhas.cv) e na vertente voz através do Centro de Serviços (telefone gratuito 8002008). Hoje, a Diáspora pode relacionar-se com o Estado onde quer que esteja no mundo. Criámos a Casa do Cidadão móvel para levar esses serviços às comunidades em áreas rurais.

Estamos a reestruturar e a fazer uma reengenharia do sector da energia. Investimos mais de 300 milhões de Euros no sector para aumentar a capacidade instalada e alargar as redes de distribuição. Igualmente, formulámos uma política energética com o objectivo claro de reduzir a dependência do combustível fóssil importado. Em 2011, produziremos mais de 25 por cento da energia através da combinação das energias eólica e solar. Isso proporcionará a poupança de biliões de escudos nas facturas de importação durante a próxima década, recursos

que ficarão disponíveis para o investimento no sector. A instalação em Cabo Verde do Centro da CEDEAO para as energias renováveis e a eficiência energética facilitará o objectivo de termos 50% de energias renováveis em 2020.

Do mesmo modo, o Governo está a reforçar a integração do país na região e com o resto do mundo. Cabo Verde está agora mais activo na CEDEAO, na União Africana e em outras organizações internacionais, tais como a CPLP e as Nações Unidas. A recente criação do Instituto para a África Ocidental (IAO) reforça a nossa determinação de ser útil à nossa sub-região e o papel que podemos desempenhar na ligação entre os continentes europeu, americano e africano. Cabo Verde deixou de pertencer à lista dos Países Menos Avançados (PMAs) das Nações Unidas. Temos uma parceria especial com a União Europeia e assinámos com a UE um acordo de Parceria para a Mobilidade. Aderimos à Organização Mundial do Comércio.

Um elemento chave de relacionamento com o mundo passa pela construção de ligações fortes com a Diáspora nacional. A nossa filosofia, enquanto Nação, é a de que Cabo Verde é uma nação global, sem fronteiras. Estabelecemos sistemas para facilitar o relacionamento dos emigrantes com o Estado e para aceder a serviços públicos. Estamos a tornar mais fácil a participação na vida cívica da Nação. Em países como São Tomé e Príncipe, estamos a proporcionar à Diáspora menos afortunada o acesso a pensões, a oferecer bolsas de estudo e a trabalhar com os governos dos países de acolhimento no sentido de lhe proporcionar uma melhor integração.

1.2. Contudo ainda restam grandes desafios e outros estão emergindo

Na verdade, a última década foi muito frutuosa para Cabo Verde. Contudo, apesar das enormes realizações, muito ainda fica por fazer. De facto, como muitos outros países, Cabo Verde continua a enfrentar desafios significativos. Entre os principais encontram-se os do desemprego, da energia e da pobreza.

Apesar dos esforços de crescimento da economia, de alargamento de oportunidades para todos e dos muitos postos de trabalho criados durante a última década, o desemprego entre os jovens continua sendo um dos maiores desafios. A taxa de desemprego, segundo o Recenseamento Geral da População e Habitação 2010, de 10.7%, representa uma forte redução na última década em relação aos 17.3% do Censo de 2000, o que é bastante encorajador. Contudo, o desafio permanece enorme, sobretudo quando atendermos à natureza estrutural do desemprego. A camada mais afectada é a dos jovens e das mulheres. Perfazem a maioria dos desempregados. Muitas vezes, parte do desafio advém do facto de os cabo-verdianos terem atingido o maior nível de escolaridade da sua história e muitos dos que possuem a escolaridade liceal simplesmente recusarem os empregos menos remunerados que foram criados aos milhares, durante a última década, no sector da construção. Os crescentes níveis de educação apontam para a necessidade de empregos qualificados, com melhores salários. Dar resposta à questão do desemprego permanece como um dos desafios mais importantes para Cabo Verde.

Acoplada à questão do desemprego encontra-se a da pobreza. A principal forma sustentável de redução da pobreza é a criação de emprego e a produção de riqueza. De facto, a capacidade dos pobres terá de ser melhorada para que possam participar nas actividades produtivas. Embora o nível de pobreza tenha sido reduzido substancialmente, uma taxa de pobreza de 24 por cento continua a ser demasiado elevada para os objectivos do Governo. O desafio da pobreza é exacerbado nas zonas rurais devido à limitada área de terra arável e à utilização de técnicas inadequadas. Apesar da crescente adopção da rega gota-a-gota, a agricultura em Cabo Verde é ainda uma agricultura de subsistência, as parcelas são demasiado pequenas e a maioria da produção faz-se sob o regime de sequeiro. Isto é um problema num país onde a precipitação é limitada e errática. Mais, explica, em certa medida, porque a pobreza em Cabo Verde permanece eminentemente um fenómeno rural. Embora as zonas rurais estejam a mudar, não têm beneficiado tanto do rápido crescimento económico. Este não deve ocultar a necessidade de uma intervenção para debelar a pobreza no meio urbano, a qual é geradora de maior desigualdade social.

A energia continua a ser um desafio, apesar de todos os investimentos feitos ao longo da última década. É um sector onde muito foi feito, mas devido aos desafios estruturais e ao deficit histórico dos investimentos, continua a apresentar desafios críticos para Cabo Verde. As questões variam desde como reorganizar o sector, capacitar os recursos humanos, engajar o sector privado, tratar as perdas técnica e comercial, até ao roubo de energia, à necessidade de investimento na melhoria da transmissão e da distribuição da electricidade e a urgência na resolução dos cortes de energia que se tornaram factores limitativos críticos para as PME's e mais um custo para as empresas que tiveram de investir em meios alternativos de obtenção de energia.

Outro dos grandes desafios é o do transporte. Os altos custos e a irregularidade dos transportes são constrangimentos críticos para a movimentação de bens e de passageiros em Cabo Verde. Um elemento crítico desse desafio é o transporte marítimo inter-ilhas, que é dispendioso e irregular. No entanto, investimentos avultados têm sido feitos no sector e terão de continuar.

A segurança é fundamental para a população e para o desenvolvimento social e económico. As reformas penais e processuais penais, as reformas operacionais, acompanhadas por um forte investimento nas polícias e na Justiça, trouxeram resultados significativos na prevenção e repressão do crime. Durante a VIII Legislatura a governação terá como prioridade o combate ao crime e a promoção da segurança solidária com o envolvimento da comunidade.

Para além destes, encontram-se os novos desafios que, de algum modo, são causados pelo progresso da última década. Entre estes, contam-se o da capacitação dos recursos humanos e o da qualidade do sistema educativo, o da necessidade de uma administração pública mais eficaz que esteja centrada nos resultados e na prestação de serviços, o da competitividade e o da construção de uma economia competitiva a nível global e da necessidade

de um sector privado forte e competitivo no mercado internacional. A necessidade de novas fontes de financiamento, consequência da graduação de Cabo Verde da lista dos países menos desenvolvidos (PMA) das Nações Unidas, encerra um novo conjunto de desafios para Cabo Verde. O acesso a financiamentos concessionais será provavelmente mais limitado num futuro próximo e será imperativo para Cabo Verde encontrar novas fontes de financiamento. A atracção de investimentos directos estrangeiros e o acesso a mercados de capitais internacionais para o investimento tornar-se-ão provavelmente em necessidades cruciais.

Existem ainda os aspectos sociais. Os cabo-verdianos esperam mais do Governo. Devido aos rendimentos mais altos e aos esforços crescentes do Governo na melhoria da segurança social e dos serviços, agora as pessoas esperam mais do Estado. Isto torna-se num desafio face a um ambiente de recursos limitados do Estado e à iminente possibilidade de redução das ajudas públicas ao desenvolvimento. Estas realidades apontam para uma situação em que não se pode esperar que o Estado faça tudo. Simplesmente ele não possui os recursos necessários. Como tal, há necessidade do envolvimento das populações e da sociedade civil no processo de resolução dos desafios-chave. Torna-se crucial construirmos um consenso nacional e assegurarmos a co-responsabilidade de todas as partes interessadas no processo de implementação da agenda para a transformação e a modernização.

1.3. O contexto global também apresenta desafios

A realidade é que Cabo Verde está inserido num mundo em mudança. O desempenho robusto da última década requer um melhor desempenho nesta nova década. E as realidades do ambiente global terão um grande impacto na capacidade de Cabo Verde dar forma ao seu futuro e realizar a sua visão de longo prazo de transformação económica e de modernização da sociedade.

De várias maneiras, estes são tempos de incertezas por todo o mundo. A economia global vem atravessando uma recessão profunda há já algum tempo, com muitas economias avançadas e em desenvolvimento enfrentando crises severas. Muitos analistas vêem a actual desaceleração como a pior recessão desde a Grande Depressão que, em consequência, causou a queda do mercado de valores em 1929 nos EUA. Para países como Cabo Verde, os desafios actuais começaram com a rápida ascensão dos preços das matérias-primas (cereais e produtos petrolíferos) em 2008. A crise financeira e social nas principais economias que seguiram este primeiro choque agravou ainda mais a situação. As ondas de choque e os efeitos secundários são agora sentidos por todo o mundo.

Cabo Verde, sendo uma pequena economia aberta, altamente dependente dos fluxos externos, não é imune aos efeitos negativos da crise financeira e económica global. A sua recente trajectória de crescimento abrandou devido ao impacto negativo da conjuntura global. Com efeito, Cabo Verde é vulnerável aos desenvolvimentos externos devido ao crescente peso do turismo na economia, ao elevado nível de abertura, à dependência da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e das remessas e à paridade fixa do Escudo ao Euro. Juntos, as remessas e a ajuda ao desenvolvimento representam mais do que um terço do PIB e uma parte significativa dos esforços de desenvolvimento. Outro factor crítico é a grande dependência das importações: Cabo Verde tem de importar a maioria das suas necessidades básicas. Os aumentos dos preços

dos alimentos básicos, tais como os cereais, constituem grande preocupação, já que o país importa boa parte dos alimentos de que necessita. A excessiva dependência externa representa, portanto, grande vulnerabilidade a choques externos.

Uma grande fonte de incerteza para o Programa do Governo de Cabo Verde para a VIII Legislatura tem a ver com a evolução altamente imprevisível da crise económica e financeira global. É evidente que não haverá grandes mudanças positivas no curto prazo, especialmente devido à instabilidade provocada pela agitação social e política no mundo Árabe, que tem o potencial para fazer aumentar os preços dos combustíveis, à instabilidade na nossa sub-região e à crise global do mundo industrializado. Estas são importantes incertezas com implicações para a economia global. A forma como a situação económica mundial evoluirá depende da eficácia das políticas implementadas por todo o mundo, da capacidade de coordenar com sucesso respostas e soluções às causas dos problemas e do potencial para encontrar novos sectores de crescimento que poderão acelerar a recuperação.

O Governo de Cabo Verde terá, portanto, de gerir a economia durante a VIII Legislatura num contexto mundial incerto, o que, de certa forma, condiciona a realização das metas para o período. Factores cruciais serão a necessidade de diversificação de fontes de financiamento e de investimento. O acesso a mercados de capital, a novos investidores e a novos parceiros serão críticos, tanto para o Governo cabo-verdiano como para o sector privado. Novos arranjos terão de ser feitos para os grandes investimentos que serão necessários para desenvolver os sectores económicos-chave e os *clusters*, a fim de realizar a visão a longo prazo de fazer de Cabo Verde uma plataforma internacional de prestação de serviços de elevado valor acrescentado.

2. A Nossa visão para o futuro

2.1. A nossa visão

O facto é que existe uma diferença radical entre o Cabo Verde de hoje e o da data da Independência, ou mesmo de há dez anos atrás. Temos uma Nação em rápida mudança que, apesar das circunstâncias desafiantes, está a fazer progressos em todas as frentes. O progresso tem sido substancial e visível. A nossa visão é **uma nação inclusiva, justa e próspera, com oportunidades para todos**. O objectivo da VIII Legislatura é construir uma economia dinâmica, competitiva e inovadora, com prosperidade partilhada por todos. Para isso, impõe-se acelerar o ritmo da transformação da economia e de modernização da sociedade. Todas as acções serão direccionadas para esta visão e para a construção de um futuro melhor para os cabo-verdianos, tanto em Cabo Verde como na Diáspora.

A questão fulcral que se põe agora é o que deve ser feito para conseguir o objectivo nacional de aceleração do processo de transformação e de modernização. Esta tem sido a preocupação constante da governação, assunto do diálogo extensivo com os cabo-verdianos durante e após as recentes eleições legislativas, e objecto de profunda análise ao longo do processo de formulação deste Programa do Governo. A reflexão estratégica identificou várias acções e propostas do que poderá ser feito. À luz da visão para a Nação e do amplo diálogo, uma série de

desafios estratégicos foi identificada como sendo as áreas sobre as quais o Governo deverá centrar-se durante a VIII Legislatura.

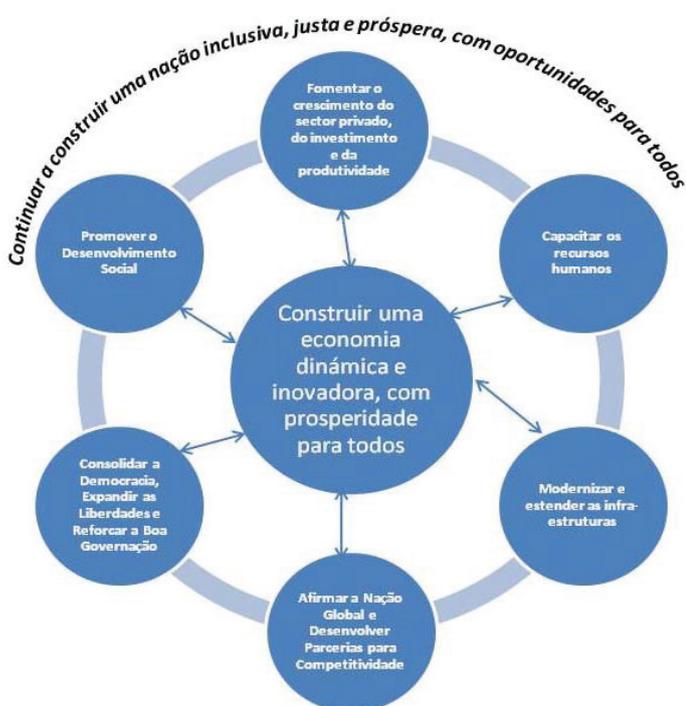
2.2 Os objectivos estratégicos e o quadro programático

Os desafios estratégicos na terminologia de planeamento apresentam o hiato entre o Cabo Verde de hoje e a visão que gostaríamos de concretizar enquanto Nação. Essencialmente, realizar a visão exigirá acções robustas direccionadas para a resolução dos desafios estratégicos mais importantes. Uma análise dos ambientes interno e externo faz sobressair desafios estratégicos-chave, que devem ser enfrentados e resolvidos de molde a que a visão seja realizada. Esses desafios relacionam-se com sete grandes objectivos estratégicos para a Legislatura:

- Construir uma economia dinâmica, competitiva e inovadora, sustentável, com prosperidade partilhada por todos;
- Fomentar o crescimento do sector privado, do investimento e da produtividade;
- Promover o desenvolvimento e a coesão sociais e facilitar o acesso aos serviços básicos;
- Capacitar os recursos humanos e produzir conhecimento propiciador de crescimento económico;
- Consolidar a Democracia, aprofundar as Liberdades e reforçar a Boa Governação;
- Modernizar e estender as infra-estruturas;
- Afirmar a Nação Global e desenvolver parcerias para a competitividade.

O desafio comum a estas questões-chave a ser resolvidas por Cabo Verde durante a VIII Legislatura é **como construir uma economia dinâmica e inovadora com prosperidade partilhada por todos** (figura 1).

Figura 1: Agenda Estratégica Para a VIII Legislatura



Construir uma economia dinâmica e uma prosperidade partilhada por todos é o elemento central do quadro programático para a VIII Legislatura. Tem um impacto directo sobre todos os outros objectivos estratégicos. O facto é que, sem se construir uma economia dinâmica e inovadora, nada mais pode ser conseguido realisticamente. Para o período da Legislatura, o Governo fixa como meta conseguir um crescimento robusto do PIB, num ambiente de equilíbrio dos fundamentais da economia e de inflação controlada. Suportado num forte crescimento e numa economia dinâmica, e estimulado por políticas activas de emprego, o Governo trabalhará, em parceria com o sector privado, para continuar a reduzir o desemprego, através da criação de milhares de postos de trabalho. O objectivo, contudo, não é apenas o crescimento e a construção de uma economia dinâmica. É assegurar uma prosperidade partilhada por todos os cabo-verdianos, tanto no país como na Diáspora. Cada uma das agendas de política e das acções governamentais durante a VIII Legislatura devem ser avaliadas em termos da sua contribuição para (i) a construção de uma economia dinâmica e inovadora e (ii) a garantia da prosperidade partilhada por todos.

O quadro ou a lógica do programa governamental proposto visa melhorar a competitividade de Cabo Verde através de acções directas visando facilitar o crescimento do sector privado, do investimento e da produtividade, fomentar o Desenvolvimento Social, qualificar e especializar o capital humano, assegurar a Boa Governação, modernizar e ampliar as infra-estruturas e afirmar a Nação Global e Desenvolver Parcerias para a Competitividade.

A construção de factores de competitividade deve igualmente ser formatada de forma a assegurar o desenvolvimento dos sectores económicos de transformação a longo prazo, a fim de alargar a base económica da Nação e assegurar o crescimento auto-sustentado. A agenda de transformação apresenta a visão a longo prazo para a economia e é baseada na exploração da posição estratégica de Cabo Verde para construir vantagens competitivas que lhe permitam transformar-se numa plataforma internacional de serviços de elevado valor acrescentado. Os sectores de interesse são o turismo de elevado valor acrescentado, fortemente enraizado na nossa Cultura, as finanças e as economias criativas, enquanto os *clusters* a serem criados incluem o do Mar (com foco nos serviços de pesca, na aquacultura marinha, no *trans-shipment*, no transporte marítimo e nos serviços do conhecimento, tais como a pesquisa oceanográfica), o do Aero-Negócios (incluindo o transporte aéreo, tanto de passageiros como de carga, as zonas francas, os serviços aéreos e de manutenção) e o das Tecnologias de Informação e Comunicação (baseado na terciarização de processos de negócio, na integração dos *back office*, nos *call centers*, nos centros de dados, e nos parques tecnológicos).

O objectivo da VIII Legislatura é melhorar significativamente a capacidade de Cabo Verde competir no mercado global, acelerando o processo de transformação económica e a modernização do país. Espera-se que o sucesso desta estratégia conduza a um crescimento económico robusto, ao desenvolvimento humano e a uma redução substancial dos níveis de pobreza e de desemprego.

2.3. As questões transversais

O objectivo do Programa do Governo para a VIII Legislatura é a “prosperidade partilhada por todos”. Queremos construir uma economia dinâmica, competitiva e inovadora, mas o resultado final terá de ser uma prosperidade que seja verdadeiramente partilhada pela população. Isto está em linha com a nossa visão central para a Nação, a construção de uma nação inclusiva, justa e próspera, com oportunidades iguais para todos. É vital que nos concentremos na “prosperidade” e no “por todos”. Assim sendo, teremos presente em todas as políticas, programas e acções da VIII Legislatura o princípio norteador “prosperidade partilhada por todos”. Cada acção deve ser sujeita a este princípio básico.

Neste quadro, algumas questões-chave nortear-nos e ajudar-nos-ão a atingir tal objectivo: o emprego, a problemática do género e da juventude e o ambiente. Já conseguimos muito nestas áreas, mas a realidade é que ainda falta muito para ser feito. Consequentemente, a acção do Governo incorporará sempre a questão da criação do emprego. Igualmente tomaremos a questão da paridade e da igualdade do género muito seriamente. Os desafios que a juventude, o futuro da Nação, enfrenta devem ser resolvidos de forma decidida. Asseguraremos também que considerações ambientais estejam sempre presentes em todas as acções durante a VIII Legislatura, a fim de se conseguir um progresso significativo da Agenda Verde.

Considera o Governo serem estas quatro questões elementos nucleares para a certificação de que as nossas políticas, programas e acções atinjam o objectivo de prosperidade partilhada por todos. A nossa interpretação de “por todos” também inclui as gerações futuras. Faremos os possíveis para avaliar as acções da governação durante a VIII Legislatura sob os pontos de vista emprego, género, família, juventude e ambiente, e asseguraremos que cada acção levada a cabo pelo Estado apresente oportunidades de solução nas áreas transversais. Asseguraremos que tudo o que fizermos contribuirá positivamente para a solução do que resta a fazer nestas áreas, no sentido de que cada e todas as acções contribuam para realizar o objectivo de construção de uma prosperidade partilhada por todos, sem deixar qualquer grupo para trás ou exacerbar velhas disparidades.

3. Agenda estratégica para 2011-2016

3.1. Construir uma economia dinâmica, competitiva, inovadora e sustentável, com prosperidade partilhada por todos

A construção de uma economia dinâmica, competitiva e inovadora é a prioridade máxima do Programa do Governo para a VIII Legislatura, por ser vital para a capacidade de continuar o processo de construção de uma Nação inclusiva, justa e próspera, com oportunidades para todos. É vital devido aos seus impactos nas outras prioridades e é também de urgente realização. As interligações não são unidireccionais, influenciando-se mutuamente. A verdade é que a nossa capacidade de solucionar os outros desafios ou prioridades terá implicações críticas na capacidade para construir uma econo-

mia dinâmica, competitiva e inovadora. A construção de uma economia dinâmica, competitiva e inovadora é não somente importante para a realização da visão nacional como também urgente.

Esta urgência torna-se evidente quando se analisa as implicações da graduação de Cabo Verde dos PMAs. Cabo Verde graduou-se da lista de países menos desenvolvidos das Nações Unidas durante a última Legislatura. A graduação, que se tornou efectiva em Janeiro de 2008, foi, por um lado, o reconhecimento das realizações da Nação e pode ser considerada como uma oportunidade. Por outro lado, essa graduação encerra alguns riscos, como, por exemplo, o acesso de Cabo Verde a financiamentos concessionais, sendo previsível que a ajuda dos parceiros de desenvolvimento venha a reduzir-se, a médio e longo prazos. Também a decrescer encontra-se o acesso preferencial dos produtos cabo-verdianos aos mercados. O objectivo de política nacional é o de assegurar uma graduação sustentável, o que exige auto-confiança e redução da dependência da ajuda, no longo prazo. Contudo, teremos de encontrar novas formas de ajuda para financiar a implementação da agenda de transformação económica. A redução da dependência da ajuda e dos fluxos externos em geral apenas será possível se pudermos expandir a base produtiva da economia, aumentar a produtividade e melhorar a competitividade. Só assim poderemos pôr a economia na rota do crescimento e da expansão auto-sustentados e enfrentar os grandes choques, tais como a previsível redução da ajuda e do acesso a empréstimos concessionais.

Esta é a razão pela qual a política do Governo, de há alguns anos a esta parte, tem vindo a centrar a sua acção na construção de uma economia dinâmica, competitiva e inovadora. É um imperativo e uma tarefa urgente. Os significativos esforços e substanciais recursos devotados à construção de infra-estruturas modernas, as reformas para facilitar o negócio, a expansão da educação profissional e universitária, as novas parcerias, tiveram o objectivo de assentar as necessárias fundações de uma economia dinâmica, competitiva e inovadora. Essas acções começaram a produzir resultados positivos. Em 2010, por exemplo, as exportações cabo-verdianas aumentaram em aproximadamente 33 por cento quando comparadas a 2009. No entanto, é necessário fazer mais, especialmente quando se tem em consideração que Cabo Verde não pode competir com base na exploração de mão-de-obra barata.

A base económica continua a ser reduzida. Há necessidade de uma diversificação e expansão baseada nos sectores e *clusters* seleccionados como parte da agenda de transformação. O crescimento económico criou empregos, mas não em número suficiente. Na verdade, um dos desafios chave que a economia enfrenta é a capacidade de criação de empregos com salários de níveis médio a alto. Continua a existir um persistente défice na balança comercial, visto que Cabo Verde importa substancialmente mais do que exporta anualmente. Isto deve-se ao facto de que a produção e as exportações são muito limitadas, em parte, devido à natureza do arquipélago, à reduzida capacidade de produção agrícola e aos diversos constrangimentos que vêm restringindo alguns dos sectores económicos emergentes.

Alargar a base económica

O objectivo é criar novas oportunidades e uma economia de base alargada e competitiva, focalizando em:

- O sector do turismo com foco em mais-valias de novos segmentos (um turismo de alto valor)
- O *Cluster* do Mar (uma plataforma de serviços para processamento e exportação do pescado, a reparação naval, o transporte marítimo, as bancas de combustíveis, a pesquisa oceanográfica, a segurança, etc.)
- O *Hub* para transbordo de carga e passageiros, no sector aéreo
- Os serviços financeiros internacionais
- O *Cluster* TIC
- O *Cluster* de energias renováveis
- As economias criativas
- Uma nova agricultura

O Governo pretende implantar uma estratégia para acelerar o processo de transformação económica durante a VIII Legislatura. Um aspecto-chave será a operacionalização do quadro institucional aprovado pelo Governo no último trimestre de 2010. Inclui a criação de comités para sectores/*clusters*, desenvolvimento de estratégias e planos de acção para cada sector/*cluster*, estabelecimento dos mecanismos de coordenação necessárias, incluindo os recursos humanos, procura e atracção de parceiros, incluindo especialistas e empresários da Diáspora Cabo-verdiana, promoção de sectores/*clusters* e construção das infra-estruturas de apoio. Isto implica remover os constrangimentos que ainda limitam o desenvolvimento destes sectores de actividade.

O programa proposto para a VIII Legislatura terá por base o que já está em curso, expandirá e aprofundará acções onde necessário, para facilitar a construção de uma economia que se quer dinâmica, competitiva e inovadora. As intervenções centrar-se-ão no desenvolvimento dos sectores e *clusters* de transformação, assim como em programas direccionados para fazer face aos constrangimentos que limitam o crescimento da economia cabo-verdiana. Abrangerá a resolução das fraquezas estruturais que a economia enfrenta, tal como um sector privado reduzido, a falta de acesso a recursos financeiros, a irregularidade e o custo elevado do transporte marítimo e das telecomunicações. Levaremos a cabo acções directas de promoção de maior produtividade, catalisadoras e facilitadoras da criação de emprego especializado e do desenvolvimento de negócios, ao mesmo tempo que apoiaremos esforços de criação de uma força laboral que seja mais capacitada. Empenhar-nos-emos, de forma significativa, na geração de uma revolução empresarial em Cabo Verde durante a VIII Legislatura.

Mesmo os sectores de crescimento rápido, tal como o turismo, são afectados negativamente pelos constrangimentos que a economia cabo-verdiana enfrenta. Para além disso, o turismo enfrenta dois desafios principais. Primeiro, como passar do turismo de massa para o turismo de elevado valor acrescentado. Segundo, torna-se imperativo aumentar a sua contribuição para a economia

nacional. Neste sentido, será importante que o turismo tenha uma ligação muito maior com a economia nacional e assegure uma participação cabo-verdiana mais alargada no sector. A chave é assegurar-se de que, com o decorrer do tempo, um novo sector de turismo apareça, em que o conteúdo e impacto económicos locais sejam muito mais elevados do que os de hoje. A agenda é construir um sector de turismo que seja muito bem integrado na economia cabo-verdiana. Tal tem sido difícil e exigirá uma reorientação das políticas e dos incentivos. Coloca-se, ainda, a necessidade de diversificar as ofertas, de implementar uma promoção turística sofisticada e eficiente e de assegurar que todas as ilhas participem no desenvolvimento do sector. O Governo procurará criar novas rotas aéreas e atrair turistas oriundos de novos mercados.

Será revisto o quadro institucional do sector para uma melhor racionalização das instituições existentes e para reforçar a capacidade de coordenação, planeamento e gestão do desenvolvimento do sector do turismo. Iremos igualmente melhorar a qualidade dos serviços prestados, investindo na formação e especialização da mão-de-obra directa e indirectamente vinculada às actividades turísticas.

Igualmente importante durante a VIII Legislatura serão os programas de **integração das áreas rurais** no processo de transformação. Duas ideias fundamentais serão implementadas: o empoderamento dos pobres e o dos que vivem nas zonas rurais, para aumentar a sua capacidade produtiva. Aqui incluem-se programas para facilitar a capacitação, para promover o acesso a recursos financeiros e às infra-estruturas e serviços sociais. Serão desenvolvidos programas específicos para ligar as áreas rurais ao sector do turismo através da cadeia de valor e para promover o turismo rural e ecológico. A expansão do turismo às áreas rurais será feito através da promoção de *linkages* com as políticas e programas de habitação, permitindo aos pobres e aos habitantes das zonas rurais participar no turismo e noutros sectores da economia.

O Governo continuará também a promover a modernização da agricultura, mobilizando cerca de 75.000.000 de metros cúbicos de água até 2016 com a construção de 17 barragens, expandindo a superfície irrigada para 3070 hectares, incluindo cerca de 1820 hectares com sistema de rega gota-a-gota, fomentando o aumento da produtividade e da produção e o agronegócio. Também pretende-se instalar 50 estufas e culturas hidropónicas de 500 m² cada, com capacidade de produção de 520 t/ano de produtos de alta qualidade. Iremos dar uma atenção especial à pecuária como sector importante na luta contra a pobreza, nomeadamente na diversificação da pecuária e no melhoramento de raças, através da inseminação artificial das principais espécies. A produção de pasto será uma aposta grande para a melhoria da alimentação do gado e da modernização da pecuária familiar.

O Governo entende promover o alargamento da base produtiva rural, através da criação de condições sanitárias e de distribuição para que os produtos agro-alimentares entrem no circuito de compra da indústria hoteleira do país, do incremento de centros de controlo de qualidade, do incentivo e apoio técnico à exportação através do fornecimento do mercado hoteleiro e turístico,

da produção nacional e do reforço das capacidades de investigação e transferência intensiva de conhecimento aos agricultores.

A criação do Novo Banco irá revolucionar a microfinança e o acesso ao financiamento por parte das PME's, dos agricultores e cooperativas rurais. Na verdade, o Governo esforçar-se-à na promoção das intervenções das associações e organizações rurais. Aqui se incluem parcerias com associações e cooperativas rurais, de forma a facilitar a modernização da agricultura e a promoção do agronegócio. Onde possível esta parceria será alargada ao apoio a cooperativas e associações rurais na execução de programas sociais e de infra-estruturação. O Empoderamento/Formação será outro eixo da acção do Governo. Cerca de 4.000 pessoas/ano serão formadas para chefia de exploração, com prioridade para os jovens e as mulheres do meio rural. A massificação dos centros de processamento agrícola como estratégia para o reforço da cadeia de valores na agricultura reforçará a actividade do agronegócio. O nosso objectivo é alargar a economia rural, melhorar a capacidade de todos (incluindo os pobres) para participar na economia produtiva e criar milhares de postos de trabalho no mundo rural.

A agenda económica de transformação é baseada na capacidade de Cabo Verde disponibilizar e servir como uma plataforma de serviços de alto valor acrescentado. Isto exigirá o domínio crescente da tecnologia e existência de infra-estruturas modernas. A tecnologia é transversal e o seu domínio terá um papel crucial na capacidade de Cabo Verde construir os sectores/*clusters* da transformação, por forma a assegurar a diversificação, e poder competir no mercado global. As políticas e as acções a este respeito estão ligadas de forma crítica às questões estratégicas relativas às infra-estruturas e à capacidade dos recursos humanos. Cabo Verde terá não somente de construir infra-estruturas modernas, mas igualmente terá de produzir trabalhadores do conhecimento com capacidade e competências.

O Governo centrará esforços na promoção do desenvolvimento tecnológico, especialmente nas áreas das energias renováveis, da informação e da comunicação. Também promoverá o uso de tecnologias modernas, apoiará a formação técnica e tecnológica e estabelecerá uma agenda nacional de incentivo à investigação aplicada científica e tecnológica. A este respeito, promoverá ligações com especialistas da Diáspora cabo-verdiana e com instituições internacionais de renome.

A criação de uma base tecnológica também está ligada a um outro elemento-chave da agenda de transformação: **o desenvolvimento do *cluster* do Mar**. Um recurso que possuímos em abundância é o mar, sendo que a extensão da nossa Zona Económica Exclusiva é de cerca de 700.000Km², podendo atingir 1 milhão de Km² com as negociações em curso sobre a extensão da plataforma continental. Devemos procurar formas de explorá-lo e utilizá-lo de forma sustentada na agenda económica de transformação. Já possuímos um sector da pesca crescente e alguma experiência no *trans-shipment*. O objectivo é organizar um *cluster* do Mar à volta destas actividades emergentes ligadas a actividades do conhe-

cimento relacionadas com o mar. A pesca é já um sector importante da exportação. Queremos agora aproveitar o progresso alcançado e transformar Cabo Verde num centro internacional para a certificação *in natura*, a conservação, o processamento e a exportação de produtos e serviços marinhos, incluindo a aquacultura. A criação de tal centro internacional, que constituirá a actividade central do Governo na VIII Legislatura no domínio das pescas, vai requerer a implementação de várias políticas numa perspectiva integrada com incidência, a montante e a jusante, das actividades do centro e que devem contribuir para o acréscimo do valor acrescentado da pesca na economia nacional, tomando em consideração todos os seus subsectores, mormente a pesca artesanal.

Agenda para o desenvolvimento tecnológico

O Governo trabalhará na promoção do desenvolvimento tecnológico através de:

- Promover a inovação e a utilização das tecnologias
- Facilitar o ensino da ciência, tecnologia e engenharia nas nossas escolas
- Introduzir o uso das tecnologias no nosso sistema de ensino, como o programa Mundu Novu
- Promover as pesquisas aplicadas sobre os principais desafios e oportunidades com que a nossa Nação se confronta (energias renováveis, farmacologia, biotecnologia, biologia marítima e agricultura)
- Incentivar a adopção das tecnologias
- Garantir excelentes infra-estruturas de telecomunicações (internet, por exemplo)
- Promover a colaboração com a Diáspora (engenheiros, cientistas, tecnólogos e empresários) para facilitar o seu engajamento no desenvolvimento de tecnologias em Cabo Verde
- Implementar incentivos fiscais para atrair firmas de base tecnológica
- Construir Parques Tecnológicos

O Governo promoverá, pois, políticas assertivas e vigorosas de promoção do investimento e das exportações no sector das pescas, de modo a que este sector aumente significativamente a sua contribuição na composição do PIB e nas exportações nacionais. Neste quadro, serão realizados os investimentos necessários à construção da Plataforma Frigorífica do Mindelo; serão desenvolvidas parcerias público-privadas para reabilitação, expansão e modernização das infra-estruturas de reparação naval; serão implementados programas específicos de promoção de exportações das pescas com o concurso de créditos apropriados para exportação; serão implementados políticas e programas de promoção do investimento, visando o estabelecimento de indústrias de alto valor acrescentado; serão implementados políticas e programas de aumento da eficiência na utilização da capacidade de captura da pesca industrial e semi-industrial existentes e de desenvolvimento de recursos humanos, de modo a capacitar o sector privado nacional a melhor tirar proveito das actividades do centro e contribuir para o seu bom desempenho.

Aumentaremos os esforços de atracção de investimentos nestas áreas e a promoção e o desenvolvimento de serviços complementares, tais como a reparação naval, uma base

de apoio para os navios oceanográficos no Atlântico médio, o desenvolvimento do negócio de bancas marítimas (fornecimento de combustível à navegação), lojas francas, *marketing*, finanças e seguro. Pretendemos igualmente construir uma economia do conhecimento em torno do *cluster* do Mar. Isto incluirá a atracção de organizações de renome para levar a cabo trabalhos de investigação e desenvolvimento (I&D) em Cabo Verde em áreas tais como a dos fármacos, da energia das ondas e das mudanças climáticas. Disponibilizaremos incentivos e facilitaremos ligações com as universidades nacionais, de forma a garantir o desenvolvimento de habilidades e o envolvimento eficaz dos cientistas, bem como do sector privado. Iremos criar uma Escola do Mar, com base na UNI-CV/S.Vicente, como escola de referência em África em todas as formações ligadas à implementação da economia marítima e do *Cluster* do Mar. A agenda do Governo pretende fazer de Cabo Verde uma base para que empresas importantes dos sectores da farmacologia, da biotecnologia e das ciências da vida e da energia levem a cabo a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos.

Transformar a nossa Cultura num recurso estratégico

Para transformar a Cultura cabo-verdiana em recurso estratégico, o Governo irá formular e implementar uma política cultural virada para o desenvolvimento, dando atenção especial:

- À revisão do quadro institucional, de maneira a permitir uma maior parceria entre o Estado, os produtores de Cultura e o sector privado, bem como a gestão partilhada do sector da Cultura e a capacitação institucional para promover, defender e divulgar os produtos culturais e a propriedade intelectual. Neste particular, o Governo irá dinamizar a criação de um mecanismo institucional que permita, no quadro de uma Parceria Público-Privada, fazer a promoção da Cultura;
- À valorização do património cultural e de uma rede de “lugares de memória”, tendo como centro a Cidade Velha;
- À aprovação do quadro legal do desenvolvimento cultural, das economias criativas nas áreas que suportam a criação artística, artesanal e a recreação histórica, como: música, audiovisual, organização de espectáculos/festas pagãs e religiosas, arte, teatro, gastronomia, moda, literatura, cinema; ao reforço da segurança jurídica dos criadores e produtores de Cultura, nomeadamente na luta contra a pirataria cultural e a cobrança dos Direitos de Autor;
- À empresarialização dos agentes culturais e dos organizadores de espectáculos, bem como à formulação de um quadro legal que permita a protecção dos direitos dos criadores e uma melhor articulação entre os produtores de Cultura e o público;
- À adopção de incentivos aos criadores e aos difusores de Cultura, através da implementação do Fundo Autónomo de Apoio à Cultura, de medidas de incentivos fiscais, de apoio através da ADEI ao empreendedorismo cultural, da concessão de subvenções aos gestores das pequenas salas de animação cultural e de um sistema de incentivos para exportação de produtos culturais;
- À promoção do desenvolvimento de infra-estruturas culturais: centros de conferências e culturais multi-usos e implantação de centros culturais em regiões carentes, destinados prioritariamente à promoção e formação cultural de jovens;
- À continuação da afirmação da língua cabo-verdiana, com recurso cada vez maior aos conhecimentos técnicos, ao aprofundamento e socialização aberta e generalizada desses conhecimentos, utilizando todos os meios técnicos e tecnológicos disponíveis interna e internacionalmente.

Ademais, o mar oferece uma ferramenta crítica, que poderá ser usada para reorientar o sector do turismo em rápida ascensão. A visão do Governo para o sector

do turismo continua a orientar-se para a alta qualidade e o elevado valor acrescentado. O país tem agora uma política nacional e uma agenda que permitem conseguir esse objectivo. Pretendemos reorientar a estrutura de incentivos para facilitar e apoiar o desenvolvimento de um sector do turismo de elevado valor acrescentado. Haverá um esforço novo de promoção de novas formas de turismo, que incluirá a saúde, os cruzeiros, a pesca e os desportos náuticos. Pretendemos criar um ambiente propício para que investidores estrangeiros construam hospitais especializados em Cabo Verde, de prestação de serviços às pessoas da sub-região ou dos países desenvolvidos, combinando os cuidados de saúde com o turismo. Isto não só criará empregos e fomentará o desenvolvimento económico, como também contribuirá para reduzir alguns dos problemas com os cuidados de saúde com que nos debatemos. Já temos algumas experiências com o turismo de cruzeiro. Construiremos as infra-estruturas necessárias ao crescimento deste sub-sector e desenvolveremos novos produtos turísticos que ligarão Cabo Verde aos países atlânticos vizinhos em barcos de cruzeiro. Incentivaremos a construção de marinas e promoveremos Cabo Verde como anfitrião de competições internacionais de desportos baseados no Mar. Neste quadro, disponibilizaremos incentivos para atrair importantes eventos, como forma de desenvolver um sector de turismo ligado ao mar.

Uma outra ferramenta à nossa disposição, para promover um turismo de elevado valor acrescentado, é a **Cultura cabo-verdiana**. Pretendemos tirar proveito da rica cultura cabo-verdiana, não só para promover um novo tipo de turismo, mas também como base para um sector económico novo. Neste caso, pretendemos desenvolver uma economia centrada nos recursos culturais. Somos a primeira cultura *crioula* do mundo. Foi aqui que os africanos, europeus e muitos outros se miscigenaram pela primeira vez para construírem uma nova cultura, com raízes em África e na Europa. Esta herança multinacional deu luz à nossa forma de vida, à nossa morabeza, à música, à língua, à poesia e aos festivais. Queremos integrar estes elementos como base para desenvolver produtos e serviços novos de valor acrescentado, que poderão ser consumidos tanto por turistas como por nacionais e também exportados para o resto do mundo. A nossa cultura poderá, assim, ser um instrumento de referência mundial da crioulação, com o potencial geo-político e estratégico para a economia e para a projecção e a afirmação de Cabo Verde. Procuraremos ligar estes desenvolvimentos à promoção do sector artesanal, o que garantirá a criação de novos empregos. Facilitaremos a formação, o apoio a associações. Também asseguraremos o acesso a factores de produção, por parte dos artesãos. Formularemos uma estratégia nacional e um plano de acção, que incluirão a reforma do quadro legal e institucional. Promoveremos a profissionalização do sector e facilitaremos o empreendedorismo na área da Cultura. Também pretendemos construir as infra-estruturas necessárias à promoção do desenvolvimento do sector cultural, impulsionando as economias criativas. O objectivo não é ter o Governo a construir tudo, mas a servir de catalisador, a disponibilizar incentivos quando necessário e, em alguns casos, a participar ao lado do sector privado e da sociedade civil.

Constitui orientação de política cultural, continuar a trabalhar para a valorização de uma rede de “Lugares de Memória”, tendo como centro a Cidade Velha. O objectivo é que tal rede venha a constituir não só uma referência pedagógica para a juventude, como também um circuito turístico componente da imagem externa do país.

3.2 Fomentar o crescimento do sector privado e do investimento e a produtividade

A promoção do desenvolvimento do sector privado, do investimento e da produtividade é a principal forma de atingir o objectivo nacional de edificação de uma economia dinâmica, competitiva e inovadora, portadora de prosperidade para todos. O sector privado é o motor do crescimento. É o sector privado quem compete no mercado global. Apesar de o Governo ter papéis cruciais, é o sector privado quem lidera a inovação, cria empregos, tecnologias e manufactura produtos. Não podemos fugir a esta realidade em Cabo Verde e devemos fazer tudo ao nosso alcance para incentivar e construir um sector privado competitivo e capaz de criar emprego para a população.

Por um sector privado forte e gerador de empregos

O Governo levará a cabo uma série de acções para assegurar o desenvolvimento de um sector privado forte, gerador de empregos altamente qualificados e de alto salário:

- Assegurar um ambiente macroeconómico estável com cargas fiscais decrescentes
- Melhorar o acesso do sector privado ao financiamento através de novos mecanismos
- Desenvolver e melhorar o sistema de regulação económica
- Reduzir a burocracia e ineficiências
- Tornar a Administração Pública mais eficiente, eficaz e orientada para o negócio
- Promover e desenvolver uma nova cultura que valoriza e promove o empreendedorismo
- Iniciar e apoiar os prémios anuais do empreendedorismo e inovação
- Apoiar o desenvolvimento de associações empresariais sectoriais
- Reformar e melhorar as instituições de desenvolvimento do sector privado (ADEI, CI, etc.)
- Promover um diálogo trimestral com o sector privado local e estrangeiro
- Envolver a Diáspora cabo-verdiana
- Iniciar um programa de promoção da qualidade (Feito com orgulho em Cabo Verde)
- Promover e fazer o *marketing* de Cabo Verde (incluindo a utilização de novos *media* e metodologias de *marketing*)
- Atrair competências e empresários qualificados nas áreas prioritárias da Agenda de Transformação
- Fazer reformas que promovam um mercado laboral flexível, gerador de empregos.

O desafio não é o de fomentar um qualquer sector privado. Devemos ter em Cabo Verde um sector privado que seja capaz de competir, não no mercado de massas, mas no de serviços de elevado valor acrescentado. A verdade é que não há escolha. Não possuímos recursos ou matéria-prima para exportar. E não temos uma grande economia com uma grande população, de forma a competir com base em mão-de-obra barata. Não há forma de competirmos com os maiores países de África ou com os gigantes da Ásia, com base em mão-de-obra barata. Simplesmente, não podemos.

Temos apenas uma opção: competir com base em elevada produtividade e inovação. Com uma população

de cerca de meio milhão de pessoas, uma força laboral muito reduzida e nenhuma matéria-prima, Cabo Verde não pode adoptar uma estratégia baseada na baixa qualificação, que muitos países usaram com sucesso para a respectiva industrialização. O que Cabo Verde pode fazer é aprender com as experiências dos pequenos Estados que se tornaram líderes e que basearam a sua estratégia de competitividade ao redor de serviços de elevado valor acrescentado.

No entanto, não podemos construir um sector privado competitivo ou garantir elevada produtividade sem investimentos. É necessário assegurar investimentos locais e garantir que os cidadãos invistam na economia. Temos de fazer com que a poupança se torne atractiva para as pessoas e seja mais fácil que empresas e empresários transformem poupanças em investimentos. Temos também de atrair investimentos directos externos. Precisamos que empresas estrangeiras invistam e se localizem em Cabo Verde. É uma forma de garantir a transferência de tecnologia e de promover a aprendizagem, especialmente no que diz respeito a práticas empresariais novas e a normas internacionais. A este respeito, possuímos um recurso nacional que temos de aproveitar e utilizar: a Diáspora cabo-verdiana. Somos um país original no mundo, visto que temos uma população de emigrantes e de descendentes de emigrantes maior do que a população residente. Esta é a ideia por detrás da ênfase em construir uma Nação global, sem fronteiras. Pretendemos obter avanços reais na atracção da Diáspora para Cabo Verde, como investidores, empresários e trabalhadores qualificados especialistas. O que foi uma fuga de cérebros no passado deve agora transformar-se em ganhos de cérebros, à medida que trabalhamos para transformar a economia e para envolver os cabo-verdianos da Diáspora.

A verdade, contudo, é que temos desafios ou constrangimentos que devemos superar. O sector privado nacional precisa ser reforçado. O acesso a recursos financeiros continua a ser um problema para os empresários, apesar da elevada liquidez do sector bancário. Embora o investimento directo externo tenha aumentado substancialmente na última década, precisaremos fazer mais se queremos desenvolver os sectores e *clusters* de transformação. Temos de utilizar melhor os recursos disponíveis para a promoção do investimento e do turismo. É importante que nos tornemos mais criativos na promoção de Cabo Verde, usando as novas *mídia* e técnicas de *marketing*. Aliada à necessidade de maior investimento externo, existe a necessidade de novos esquemas e parcerias. Durante a VIII Legislatura, o Governo será agressivo na procura de novos parceiros e formas de envolvimento do sector privado na economia cabo-verdiana. O Governo irá rever o Código de Investimentos, com o objetivo de racionalizar os incentivos, introduzir maior simplificação administrativa e adaptar-se às melhores práticas internacionais.

Da mesma forma, as instituições criadas para apoiar o sector privado, para facilitar o investimento e promover a qualidade serão reforçadas. Entre estas encontra-se o Instituto de Gestão da Qualidade, o Instituto da Propriedade Intelectual, a Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação e a Cabo Verde Investimentos. Estas agências desempenham um papel crucial na

melhoria da qualidade, na promoção do aumento da produtividade e da inovação, do empreendedorismo e na atracção de investimentos. Iremos apoiar o sector privado na introdução de um sistema de qualidade, com acento na certificação e na promoção da marca Cabo Verde. Uma atenção especial será dada à simplificação da actividade industrial, focalizada na eliminação e simplificação dos processos burocráticos referentes à instalação, ao licenciamento, ao averbamento no cadastro industrial, à autorização para importação, à vistoria e à actualização do cadastro, bem como à elaboração e execução de um Plano Estratégico do sector.

Outros programas, tais como os fundos sectoriais, serão reestruturados para que funcionem melhor, enquanto que o esquema de garantia mútua será operacionalizado. Todas as instituições ligadas ao desenvolvimento do sector privado serão reforçadas e, se necessário, sofrerão uma reengenharia, e serão disponibilizados os meios, incluindo os recursos humanos e financeiros, para desempenharem as suas funções com mais qualidade e eficácia.

O Governo pretende aprofundar as reformas, por forma a assegurar que o ambiente empresarial seja propício ao desenvolvimento do sector privado. Ao longo dos anos, o imposto único sobre os rendimentos de pessoas colectivas foi reduzido, assim como o escalão mais elevado do imposto único sobre os rendimentos de pessoas singulares, de 35 para 25 por cento. Também os impostos das microempresas, que representam a grande maioria de empresas cabo-verdianas, foram reduzidos para 15 por cento. Esforços continuarão a ser feitos para reduzir o encargo fiscal, na medida em que a economia e o orçamento o permitirem. O Governo também devotará grande atenção à agilização e simplificação dos processos fiscais. O regime de contribuições sociais será reavaliado para permitir a criação de pequenas e microempresas e sua formalização, salvaguardando, no entanto, a sustentabilidade do sistema.

Continuaremos a reformar o ambiente de negócios. Acreditamos que podemos fazer melhor. Estamos entre os dez melhores reformadores do mundo, de acordo com o *Doing Business* 2011. Contudo, podemos elevar substancialmente a classificação de Cabo Verde. O objectivo do Governo para a VIII Legislatura é o de continuar a estar anualmente entre os dez melhores reformadores, ao longo dos próximos cinco anos. Queremos melhorar significativamente a classificação do país e tornar o ambiente de negócios num dos melhores da nossa região. Portanto, continuaremos as reformas em curso no quadro da Reforma do Estado e levaremos a cabo uma série de programas de grande alcance para a transformação do ambiente de negócios.

O objectivo a longo prazo do Governo é o de generalizar os centros “janela única”, onde as empresas e os cidadãos possam aceder aos serviços governamentais. Levaremos a cabo reformas a nível micro de forma a reduzir o número de procedimentos e de processos, reduzindo, assim, de forma drástica, a burocracia na administração pública. Isto será acompanhado de uma mudança cultural, em que a administração pública se centrará na prestação de serviços e em soluções destinadas ao sector privado. O

objectivo é ter uma administração pública ágil e eficaz. De igual modo, procederemos de imediato à implementação do plano referencial para a melhoria do sistema de regulação económica, incluindo a entrada em funcionamento da Autoridade para a Concorrência.

Como parte da construção da competitividade do país e de criação de um ambiente de negócios facilitador, teremos necessidade de um mercado laboral mais eficiente e respeitador do princípio do trabalho decente. Precisamos de um mercado laboral que favoreça e fomente a criação de empregos. O mercado laboral e a força laboral são cruciais para o crescimento do sector privado, para a promoção de investimentos e o aumento da produtividade. Temos de ter pessoal qualificado e um mercado laboral que seja suficientemente flexível para incentivar a criação de empregos.

O mercado laboral será objecto de reforma. O objectivo é assegurar que as leis laborais incentivem a criação de empregos e a contratação de trabalhadores. O Governo procurará conseguir **um consenso nacional e construir um Pacto para a criação de empregos**. A consulta social, que conduzirá a uma Cimeira sobre o Emprego, será organizada em sede de concertação social com todas as partes interessadas. As consultas e a cimeira sobre o emprego serão utilizadas para se obter um acordo sobre um Pacto nacional com consensos sobre metodologias e estratégias que garantam o emprego e a reforma do mercado laboral.

Durante a última Legislatura, o Governo levou a cabo grandes esforços para reformar e reestruturar a formação técnica e profissional e aprovar um processo que assegure a qualidade da formação profissional e universitária. A questão da qualidade e da garantia de qualidade subiu ao topo, tornando-se uma prioridade para o Governo durante a VIII Legislatura. Promoveremos parcerias que permitirão a melhoria da qualidade da educação em Cabo Verde, incluindo a facilitação do retorno de cidadãos qualificados da Diáspora e o estabelecimento de um processo que permita utilizar os seus conhecimentos técnicos colectivos onde quer que se encontrem. Igualmente, procuraremos formas de atrair imigrantes e empresários qualificados, que poderão contribuir para transformar a economia e facilitar o desenvolvimento de negócios.

A VIII Legislatura é um período crucial para iniciar um esforço de âmbito nacional para a construção e o apoio a uma nova cultura empresarial. O nosso objectivo é o de revolucionar o empreendedorismo em Cabo Verde. Para tal, apoiaremos as associações sectoriais para facilitar a organização dos sectores e *clusters* emergentes. Igualmente, lançaremos, em colaboração com a sociedade civil, universidades e o sector privado, uma série de prémios anuais para enaltecer o empreendedorismo e a inovação em Cabo Verde. Promoveremos o diálogo nacional sobre o empreendedorismo e a inovação, envolveremos a sociedade civil na necessidade de trabalho árduo e aumento de produtividade e a população sobre a importância de tentar estar entre os melhores nas áreas que são de importância para a agenda nacional. Usaremos este tipo de programas para incentivar e promover uma nova cultura do empreendedorismo e da inovação.

3.3 Promover o Desenvolvimento e a Coesão Sociais e facilitar o acesso aos serviços básicos

Alguns dos maiores êxitos da Nação, durante a última década, têm a ver com a redução significativa do número de pobres e a expansão do acesso aos serviços sociais. O acesso a serviços, tais como cuidados médicos, ensino, electricidade, água potável e estradas aumentou significativamente. De igual modo, a pensão social mínima foi aumentada, o sistema de protecção social foi alargado e reformou-se o sistema de pensões. A concentração nos serviços sociais não foi feita apenas devido à filosofia do Governo de melhorar a qualidade de vida de todos os cabo-verdianos, mas sim porque o alargamento dos serviços sociais básicos é uma forma de melhorar a coesão social. Também sabemos que a coesão social é uma forma de promover condições necessárias para o crescimento e o desenvolvimento económicos sustentáveis. A verdade é que, apesar dos avanços obtidos, desafios significativos persistem. Muitos concidadãos ainda não têm acesso a serviços sociais de qualidade, enquanto outros ainda são pobres e incapazes de participar ou integrar a economia nacional. Estes desafios terão de ser resolvidos no quadro da realização da visão nacional de construir uma Nação mais inclusiva, próspera e com oportunidades iguais para todos. Ao fazer face a estes desafios, um alvo-chave da política e das acções são as mulheres, a juventude e os pobres rurais e peri-urbanos. A consolidação das medidas sócio-educativas, a problemática das crianças e adolescentes em conflito com a Lei, deverão merecer também a nossa atenção.

Empoderar as famílias e Reforçar a Coesão Social

O nosso objectivo é o de promover a inclusão e a coesão sociais. De entre as várias acções a ser desenvolvidas, cabe citar:

- Melhoria qualitativa dos serviços prestados pelo Estado
- Aumento e universalização do acesso aos serviços de saúde, melhoria do atendimento e do conforto dos utentes, diminuição do tempo de espera e diversificação dos cuidados de saúde
- Alargamento do número de pessoas beneficiadas com a pensão social
- Implementação de um sistema de reforma para os cabo-verdianos na Diáspora sem cobertura social ou que queiram dispor de uma protecção suplementar
- Eliminação da pobreza extrema
- Promoção duma vida condigna para todos
- Impulso a políticas públicas que assegurem a unidade, estabilidade e empoderamento da família cabo-verdiana
- Continuação da melhoria das condições para o desenvolvimento harmonioso e pleno das crianças, com atenção particular para as crianças e adolescentes em situação de risco
- Promoção de voluntariado para melhorar a vida nas Comunidades
- Forte estímulo ao empreendedorismo social
- Revisão do sistema de financiamento de bolsas de estudo
- Implementação do Programa Habitar Cabo Verde no âmbito do qual serão construídas mais de 8500 habitações de interesse social
- Implementação do Programa Reabilitar que consiste na reabilitação, renovação e requalificação urbanas, orientado para famílias que vivem nos bairros de origem espontânea, abrangendo mais de 15 mil habitações
- Implementação do Programa Prohabitar para o meio rural
- Concessão de incentivos fiscais e para-fiscais para o acesso aos solos urbanos
- Aprovação do Plano Nacional de Habitação
- Adopção de um conjunto de medidas para garantir a sustentabilidade financeira da política nacional de habitação
- Reforço da Protecção Civil, incluindo a implementação de um sistema nacional de evacuação
- Melhoria do acesso a todos os serviços básicos, tais como água, saneamento e electricidade.

Na Saúde, os objectivos e os desafios principais para a presente Legislatura são a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos e do atendimento, propugnando, para isso, a implementação de modelos de gestão da qualidade total, a melhoria do acesso, nomeadamente pela melhor utilização das infra-estruturas existentes, a intensificação da qualificação dos profissionais, a criação de condições para a formação de médicos no país, a expansão de serviços especializados e de especialidades, a sustentabilidade financeira do sistema nacional de saúde.

Para tanto, estando já corporizada na Política Nacional de Saúde, aprovada em 2007, as linhas gerais da reforma do sector «Para uma Melhor Saúde», trata-se de garantir a sua implementação de forma articulada e sistemática, sobretudo no que concerne ao funcionamento do SNS em pirâmide, em três escalões hierarquizados. Outrossim, a implementação de um sistema de informação da saúde (incluindo o registo electrónico da saúde, receitas electrónicas, acesso aos serviços de saúde *online* e base de dados de saúde nacional, a utilização e a expansão da infra-estrutura de telemedicina existente, bem como a reforma do quadro regulatório de maneira a garantir a eficiência e a eficácia do sistema, são medidas institucionais relevantes para a prossecução dos objectivos do sector. Também serão levadas a cabo acções para melhorar o serviço de emergência, o que passará por reformas nos serviços de urgências, formação em medicina de emergência e aquisição de meios para as evacuações sanitárias nas ilhas com dificuldades de acesso. Trabalharemos para prosseguir no desenvolvimento dos serviços de oncologia, de cardiologia e de hemodiálise para fazer face à mudança na natureza das doenças em Cabo Verde e às crescentes implicações financeiras das evacuações para o Estado, para as pessoas e para as famílias.

Principais medidas de política e programas para o sector da Saúde

- Implementação da reforma do sector em consonância com a Política Nacional de Saúde
- Revisão da aplicação da tabela de cuidados e correcção das disfunções detectadas
- Criação de mecanismos legais e incentivos que encorajem a prática privada em saúde de modo a alargar e diversificar a oferta de cuidados de saúde e responder à demanda dos diferentes sectores da sociedade e da indústria turística
- Reorganização do SNS, nomeadamente através da implementação das Regiões Sanitárias
- Reforço do pacote de normas e regulamentos do sector
- Intensificação a luta contra as grandes endemias (VIH/SIDA, Tuberculose, Paludismo) e contra as doenças não transmissíveis/DNT e crónicas
- Desenvolvimento do serviço de Oncologia
- Desenvolvimento da pesquisa e da formação em Saúde Pública
- Funcionamento de um serviço de emergências médicas para melhorar as condições técnicas e de transferência de doentes entre os níveis do SNS

Desafios imediatos

- Melhoria do atendimento
- Consolidação do programa de luta contra as doenças transmitidas por vectores
- Implantação de um serviço de Hemodiálise

A par do reforço e melhoria dos serviços, continuaremos a promover a entrada do sector privado no sector da saúde. Clarificaremos o ambiente legal necessário para o efeito e procuraremos formas de atrair investidores e cadeias hospitalares a investir em instalações de saúde especializadas que prestarão serviços de saúde aos nacionais e a turistas de saúde. Isto contribuirá para o nosso objectivo de melhoria dos cuidados de saúde e de introduzir novas especialidades em Cabo Verde, particularmente nas áreas de oncologia e cardiologia.

A VIII Legislatura será aproveitada para tirar melhor proveito do programa de infra-estruturação da última Legislatura. Com efeito, durante a última Legislatura foram feitas grandes ampliações nas infra-estruturas, incluindo as ligadas à água, ao saneamento e à electricidade. Continuar-se-á esse trabalho já iniciado, alargando esses serviços básicos a todo o país. Contudo, e de forma mais

significativa, acções serão levadas a cabo para facilitar o acesso das populações e das empresas às infra-estruturas e serviços básicos já existentes.

Um elemento-chave será a reforma do quadro institucional do sector da água e do saneamento. Presentemente, existem demasiadas sobreposições e não há responsabilidades institucionais claras. Existem demasiados actores sem um líder, coordenador ou gestor comum. Grandes reformas de integração do sector sob uma única organização serão implementadas para facilitar a ligação natural entre a água e águas residuais (saneamento), para assegurar que haverá uma instituição líder para o sector da água e águas residuais, para promover a eficácia, reduzir a duplicação e assegurar uma gestão forte desses sectores. O objectivo será a criação de uma única instituição para controlar o sector da água e saneamento, enquanto a regulação dos preços e da eficiência será feita pela entidade de regulação económica e a regulação ambiental ficará a cargo do departamento para o ambiente.

As áreas rurais serão um beneficiário-chave. Para além da extensão de serviços sociais e da promoção da ligação dos agregados familiares aos serviços básicos, trabalharemos activamente no desenvolvimento e implementação de um programa de desenvolvimento rural. O objectivo será o empoderamento da população rural e da camada mais vulnerável da população, especialmente as mulheres e a juventude, de forma a melhorar as suas habilidades e capacidade produtivas, aumentar a sua participação na economia e melhorar os seus rendimentos.

Um aspecto-chave do programa de desenvolvimento rural é a agenda nacional para a habitação, que inclui dois programas principais, “Habitar” e “Reabilitar”. O objectivo é promover a habitação para todos e fomentar a reabilitação das moradias. A Habitação é uma necessidade essencial. É um elemento de uma vida digna e elemento-chave da economia. Esforçar-nos-emos para acelerar os programas “Casa para todos” e de reabilitação de moradias, de forma a contribuírem para o desenvolvimento económico local através da utilização de recursos locais, criação de emprego e, em lugares-chave, a ligação com o turismo rural e ecológico. O acesso à terra será igualmente um foco importante durante a VIII Legislatura, assim como o apoio aos governos municipais no desenvolvimento e implementação de políticas e programas habitacionais locais.

O sistema de segurança social que começámos a expandir será ainda mais ampliado para incluir todos os trabalhadores. Continuaremos a aumentar o número de pessoas cobertas pela pensão social. Acções serão levadas a cabo para facilitar a participação do sector informal, das PME e das micro-empresas do sector informal no sistema de segurança social (Previdência). Um regime especial para estas empresas será estabelecido para facilitar a sua participação. Lançaremos também uma iniciativa para ampliar o sistema de segurança social,

de forma a cobrir todos aqueles sem segurança social na diáspora ou que estejam interessados numa cobertura suplementar. O Governo igualmente analisará as questões relacionadas com o salário mínimo e o 13º mês de salário para trabalhadores da administração pública.

Criando as habilidades para o século 21

O nosso objectivo é a criação de uma sociedade do conhecimento com uma força laboral competente e capacitada capaz de competir com os melhores no mundo. Entre as acções a serem levadas a cabo encontram-se:

- Melhorar o sistema educativo nacional, do pré-escolar ao universitário;
- Consolidar o sistema integrado de educação-formação-emprego para responder às necessidades estratégicas do país;
- Facilitar o acesso universal ao ensino pré-escolar, básico e secundário;
- Criar as condições para estender o ensino obrigatório até ao 12º ano de escolaridade;
- Fazer evoluir o ensino secundário para a promoção de saídas profissionais sem excluir o acesso directo ao Ensino Universitário;
- Adequar o conteúdo do ensino às exigências dos novos tempos, com ênfase em disciplinas chave e na informática, dotando os formandos de competências essenciais a mercados de trabalho, marcados cada vez mais por tecnologias sofisticadas de informação e comunicação;
- Responder às necessidades estratégicas do país, através do desenvolvimento de cursos profissionalizantes de curta duração, possibilitando uma maior integração dos jovens no mercado do trabalho;
- Regular o sistema do Ensino Superior, garantindo a qualidade e a relevância das formações;
- Formular e implementar um sistema de acreditação e de controlo de qualidade estruturado e robusto para o ensino técnico e universitário;
- Atribuir bolsas de estudo aos estudantes com maiores dificuldades financeiras e aos estudantes de mérito;
- Viabilizar o acesso ao crédito para formação superior e profissional;
- Desenvolver o ensino à distância nas universidades, estabelecimentos de ensino técnico e centros de treino e formação profissional em redes nacionais e internacionais;
- Facilitar a aprendizagem ao longo da vida e implementar programas para o “aprender fazendo” e a formação em exercício;
- Apoiar a investigação científica e a articulação entre a empresa/indústria, escolas técnicas e universidades;
- Criar um fundo para a formação industrial para formalização de estágios de acesso, formações internas e aprendizagem em exercício;
- Incentivar o desenvolvimento das competências essenciais para a agenda de transformação;
- Investir em programas que visem trazer para Cabo Verde cabo-verdianos qualificados na diáspora, por períodos de curta e longa duração.

3.4. Capacitar os recursos humanos e Produzir conhecimento propiciador de crescimento económico

Vivemos num mundo novo onde as únicas certezas são a crescente concorrência e a globalização. Não podemos competir ou sonhar construir uma economia dinâmica, competitiva e inovadora com prosperidade partilhada por todos se não tivermos recursos humanos capazes de competir com os melhores no mundo. De facto, na super competição do mundo de hoje, o conhecimento ultrapassou o capital como sendo o mais importante factor de produção. Isto tem consequências de grande dimensão para as empresas e as nações. Neste mundo novo, o acesso ao conhecimento e como melhor utilizá-lo transformou-se

na base para a criação da riqueza e para vencer o jogo da competitividade global. Apenas temos de olhar para as experiências dos países que transitaram de países em desenvolvimento para desenvolvidos.

No nosso caso, a decisão foi de certo modo tomada devido ao contexto geográfico. Estamos condenados a transformar a vantagem comparativa de Cabo Verde (localização) numa vantagem competitiva, através do desenvolvimento das nossas capacidades enquanto nação. O Governo esforçar-se-á para nos transformarmos numa sociedade do conhecimento, onde a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades são enaltecidos. Criaremos programas de desenvolvimento de habilidades para melhorar as competências das populações e para criar uma força laboral conhecedora, competente e capaz de competir com os melhores no mundo nas áreas por nós seleccionadas.

Mas não poderemos fazer isso se não introduzirmos melhorias no sistema de ensino. Após a Independência, fizemos bem, enquanto Nação, ao democratizarmos o ensino. Em 1975, tínhamos apenas dois estabelecimentos de ensino secundário, algumas escolas primárias e nenhuma instituição de ensino superior. Os governos pós-independência lideraram um esforço nacional de democratização do ensino, começando com as instituições de ensino primário e secundário. Na última década, avançámos para além dos ganhos iniciais. Temos agora estabelecimentos de ensino secundário em todos os municípios; temos várias instituições de formação técnica e profissional, incluindo uma universidade estatal. Também existem instituições de ensino privadas desde a primária até ao ensino superior. Com o crescimento notável de universidades privadas nos últimos cinco anos, temos agora dez universidades.

Criaremos as condições, durante a VIII Legislatura, para que a escolaridade obrigatória seja de doze anos e para o alargamento a todo o território nacional de creches e jardins infantis. Para além de aumentar o número de anos de escolaridade, continuaremos a aprofundar a experiência educativa, usando o programa “Mundu Novu”. Lutaremos pelo objectivo de “um aluno, um computador” e de “um professor, um computador”. Disponibilizaremos a rede de comunicação moderna para ligar as escolas entre si e à Internet. Promoveremos a conectividade por banda larga para todas as escolas.

Excelência na Educação – Programa “Mundu Novu”

- Instalação de infra-estruturas e equipamentos tecnológicos nas comunidades educativas
- Extensão da conectividade a todas as escolas
- Disponibilização *online* de serviços e de conteúdos de interesse educativo
- Desenvolvimento de um Portal para a Educação com espaços formatados para alunos, professores e encarregados de Educação
- Generalização de um sistema de gestão escolar inteligente com matrículas e certificados *online* – SIGE

Um desafio-chave para a Nação é o de assegurar que encorajaremos a qualidade desde o pré-escolar até à universidade. Temos de implantar a garantia e o controlo da qualidade em todo o sistema de ensino. Temos de operacionalizar o recentemente aprovado quadro institucional e implementar um processo rigoroso de acreditação institucional e programático. Procuraremos criar uma massa crítica de académicos profissionais para as instituições de ensino e o estabelecimento de um sistema regulador para o ensino. Para além disso, levaremos a cabo reformas na gestão das instituições de ensino, com o intuito de promover a inovação, novas formas de aprendizagem, de facilitar o acesso e, mais importante, melhorar a qualidade. Formularemos uma política nacional para a ciência, a tecnologia e a inovação. Um dos seus elementos-chave será a promoção do ensino das ciências, tecnologia, engenharia e matemática, e a garantia de que o país está a produzir cientistas e engenheiros mais qualificados. Desenvolveremos e implementaremos um programa para incentivar a investigação aplicada, especialmente sobre os desafios estratégicos-chave que a Nação enfrenta e em áreas relacionadas com a agenda nacional para a transformação económica. Isto incluirá a criação de uma agência nacional para a ciência e a tecnologia e a criação de um parque tecnológico e do desenvolvimento, bem como a criação de um fundo para a investigação científica e tecnológica aberto a académicos de escolas técnicas e universidades, assim como a empresas. O parque tecnológico estará ligado à investigação e ao desenvolvimento, assim como ao desenvolvimento de negócios. O NOSi será reestruturado, de forma a ter um papel crucial na capacitação e no desenvolvimento de empresas nas áreas das tecnologias de informação e comunicação.

Um elemento-chave do sistema educativo é a formação técnica e técnico-profissional. As reformas em curso serão completadas para garantir que haja padrões e qualidade e estabeleceremos um quadro nacional para a formação técnica e técnico-profissional. Investiremos na formação de especialistas e técnicos médios. O objectivo é de incluir em todos os estabelecimentos de ensino secundário, a par da via geral, a via técnico-profissional, de maneira a formar os profissionais que a economia necessita e estabelecer interfaces dinâmicas entre a formação profissional e o ensino superior profissional e universitário. Os programas de formação profissional tradicionais serão aprofundados, ao mesmo tempo que expandiremos a formação técnica a áreas tais como a das tecnologias de informação e comunicação, água e saneamento, saúde, aeronáutica, transportes marítimos, serviços financeiros e energias renováveis.

Também asseguraremos que as escolas estejam a formar pessoas que poderão ser integradas no mercado do trabalho. O sistema de ensino terá de produzir capacidades necessárias para que a visão nacional seja atingida e seja melhorado o enquadramento da formação de professores dos diversos níveis de ensino. Estabeleceremos programas que garantam que teremos informação actualizada sobre o mercado laboral. Isto incluirá a criação de um Observatório do Emprego. O observatório será uma *Clearing House* (Bolsa) de análise das necessidades de

emprego e um instrumento estratégico para as empresas, para os que procuram empregos e para estudantes. Também será um instrumento-chave para decisores políticos e planificadores na área do ensino.

Trabalharemos para a democratização do acesso ao ensino universitário de qualidade, também aberto à diáspora. Um elemento-chave deste sistema será a criação de um ramo *online* da Universidade de Cabo Verde, em parceria com instituições educativas *online* mundialmente respeitadas. Cabo-verdianos, tanto no país como na Diáspora, poderão matricular-se e frequentar programas através da universidade *online*. O objectivo é o de promover o desenvolvimento de habilidades, a aprendizagem durante toda a vida e a criação de uma sociedade do conhecimento. Uma das áreas de interesse é a formação linguística. O objectivo é garantir que todos os cabo-verdianos possam falar pelo menos duas línguas internacionais, para além da língua materna. Faremos as necessárias avaliações antes de decidir pela criação de um instituto de línguas e/ou a disponibilização de incentivos para que o sector privado lidere o processo.

Iremos trabalhar tanto no fortalecimento da Direcção Geral do Ensino Superior, dotando-a de capacidade efectiva para avaliar, acompanhar e inspeccionar as instituições de ensino existentes no país, como no estabelecimento de mecanismos que recompensem a abertura de cursos em áreas científicas e nos níveis de formação que agreguem mais valor ao esforço de desenvolvimento do país. Almejamos uma verdadeira reorientação da oferta formativa do ensino superior, em função das prioridades de desenvolvimento social, económico e cultural.

Estabeleceremos um novo regime de acesso ao Ensino Superior, que criará as condições legais e institucionais para aferir se os candidatos a este sub-sistema satisfazem de facto as exigências definidas como sendo apropriadas para se iniciar uma carreira discente, isso independentemente da instituição.

Incitaremos as instituições de ensino superior, em geral, mas de modo muito particular, a Universidade Pública, sob supervisão conjunta da Direcção Geral do Ensino Superior e do Instituto de Emprego e Formação Profissional, a oferecer cursos profissionalizantes em diversos pontos do território nacional, numa articulação estreita com os planos de desenvolvimento local e regional e com o sector empresarial.

Um elemento-chave do esforço educacional é a formação sobre o empreendedorismo e o aumento de oportunidades para a juventude. Levaremos a cabo uma análise curricular para garantir que o ensino do empreendedorismo comece desde as escolas secundárias até aos institutos do ensino técnico e às universidades, como forma de assegurar que formaremos pessoas com o potencial de serem auto empregados e de criarem empregos. Em conexão a este processo existirão instituições de apoio

que trabalharão com jovens e adultos empreendedores. O papel de instituições como a ADEI será o de fornecer o apoio necessário de modo que os graduados possam facilmente ser integrados no mercado laboral ou possam facilmente criar as suas próprias empresas. O apoio incluirá a incubação, o financiamento, o *mentoring* e o *coaching* e a assistência no desenvolvimento do negócio e desenvolvimento de habilidades. Outras acções incluirão destacamento de profissionais, troca de experiências profissionais e estágios, com a participação da Diáspora. O sistema de ensino será direccionado para o empoderamento de estudantes, para a produção de inovadores e de empreendedores.

Na linha dos grandes avanços que o Desporto nacional tem registado, o Governo vai continuar a investir fortemente neste sector. Especial atenção vai ser concedida à implementação da nova Lei de Bases do Sistema Desportivo, envolvendo todas as regiões desportivas do país e a diáspora. A regulamentação dessa Lei e o desenvolvimento de um pacote legislativo atinente aos Desportos, a aposta no Desporto Infanto-Juvenil, o projecto Bolsa Jovem Atleta, com atenção reforçada no processo da formação das Escolas de Iniciação Desportiva (EID), bem como a dinamização do Desporto Escolar e a conclusão do Estádio Nacional, são algumas metas constantes na agenda do Governo.

A implementação gradativa de uma Agenda para a Igualdade e Equidade de Género deverá permitir uma participação efectiva das mulheres em espaços de decisão e de poder, desde as Associações de Base Comunitária aos Órgãos de Soberania, a elaboração do Orçamento de Estado considerando a abordagem género, um maior acesso das mulheres ao empreendedorismo económico, o incentivo à formação das mulheres na área científica e a criação de mecanismos jurídico-institucionais no combate a todas as formas de violência e exploração das mulheres cabo-verdianas.

Em suma, a agenda do Governo é toda ela sobre o empoderamento das pessoas.

3.5 Consolidar a Democracia, aprofundar as Liberdades e reforçar a Boa Governação

Observar as regras do jogo democrático, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República, respeitar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e promover a boa governação são recursos estratégicos para a transformação do país. Têm constituído, sem dúvida, poderosos factores facilitadores e propulsores dessa transformação, ao garantirem a paz social e a estabilidade política, institucional e macroeconómica necessárias ao desenvolvimento, bem como a previsibilidade fundamental para o funcionamento da economia.

Com efeito, somos uma nação conhecida pela sua democracia vibrante, ainda que jovem, pela credibilidade e responsabilidade, pelo Estado de Direito Democrático, pela liberdade económica e de imprensa e pelas liberdades individuais. Hoje, estamos muito bem posicionados em todas as classificações mundiais respeitantes à governação, à democracia, às liberdades e ao combate à corrupção. Na maioria das classificações, Cabo Verde está entre os melhores de África e, em muitos casos, numa posição comparável ou à frente de países europeus bem respeitados. Mas ambicionamos e precisamos de mais democracia, mais liberdades e mais Boa Governação para mais desenvolvimento, prosperidade para todos e qualidade de vida.

É que, para além de estarem esses valores consubstanciados na dignidade da pessoa humana e na nossa matriz constitucional, como afirmado no Programa do Governo da anterior Legislatura, “O estímulo à liberdade, enquanto valor fundamental da consolidação da democracia, é o pilar para a construção de uma Nação empreendedora. A aposta na ampliação e reforço da cidadania vai permitir que a vontade de acção da sociedade civil e dos cidadãos estimule o surgimento de uma sociedade com mais qualidade e melhores condições de vida”.

Com este mesmo credo, continuaremos a criar as condições para aprofundar as liberdades, reforçar a cidadania e o empoderamento individual e social e também, por essa via, consolidar a democracia e garantir paulatinamente o exercício por TODOS de TODOS os direitos.

Convictos também de que os partidos políticos são actores essenciais e incontornáveis, ainda que não exclusivos, da construção democrática, velaremos pelo reforço das condições do seu funcionamento de forma digna e consentânea com as exigências dos cidadãos, revendo nomeadamente o seu estatuto e os mecanismos de financiamento da sua actividade de forma a, simultaneamente, reforçar a sua autonomia e liberdade de acção e garantir uma maior transparência das suas actividades.

Por outro lado, a boa governação é uma necessidade básica para que qualquer transformação ocorra. Sem isso, a visão a longo prazo de construir uma nação inclusiva, próspera, com oportunidades iguais para todos e o objectivo maior da VIII Legislatura de construir uma economia dinâmica, competitiva e inovadora, com prosperidade partilhada por todos poderá não ser alcançada. A verdade é que, no mundo de hoje, a transformação sustentável a longo prazo somente é possível quando uma nação é bem governada.

Mas a boa governação não é estática. Há sempre necessidade de melhorias constantes. Para além do reforço do Estado constitucional de Direito, da democracia e das liberdades, a boa governação é também a consolidação

de uma administração pública eficaz e de uma gestão financeira e económica sã e favorecedora do ambiente de negócios, a garantia da segurança aos cidadãos, a participação das populações na sua administração, nomeadamente ao nível local, a igualdade e equidade de género, a preservação dos recursos para as gerações futuras e a boa prestação da justiça. É fundamental continuarmos a fazer progressos em todas essas áreas, visto serem necessidades cruciais para a agenda de transformação.

Conectividade em Banda Larga no “i-Gov”

- Aumentar para 2.5 Gbps, com base em FO, a capacidade dos pontos de distribuição da Rede do Estado em todos os concelhos do país;
- Atingir a cobertura nacional nos domínios da saúde e da educação, através de FO e meios rádio de nova geração (Wimax);
- Aproximar-se da cobertura completa a todos os serviços da administração central, da descentralizada e dos municípios;
- Proceder à convergência tecnológica de voz, dados e vídeo na Rede do Estado.

O Governo continuará os seus esforços para reforçar a Boa Governação durante a VIII Legislatura. Intervenções estratégicas abrangerão esforços para prosseguir a Reforma do Estado, aprofundando a governação electrónica (e-gov), consolidando nela o modelo integrado (i-gov), para reforçar as condições de independência e autonomia dos tribunais, garantir a segurança nacional e a segurança pública, aprofundar a descentralização e o empoderamento dos governos municipais, promover uma agenda verde, manter o equilíbrio macroeconómico e políticas robustas e empreender reformas mais abrangentes de forma a garantir uma administração pública eficaz e eficiente centrada na prestação de serviços.

Na actual conjuntura, são especialmente relevantes os desafios da **segurança interna e, mais amplamente, da segurança nacional**.

As populações têm de ter segurança. Os investimentos feitos ao nível dos órgãos de polícia criminal e no sistema de justiça resultaram numa melhor resposta aos fenómenos criminais emergentes, em especial à grande criminalidade organizada. Durante a VIII Legislatura, pretende o Governo continuar as reformas no sistema da justiça de modo a prevenir a criminalidade, também com o envolvimento das comunidades locais, e reforçar as estruturas e instituições de combate e repressão do crime.

A agenda sobre a prevenção e repressão do crime também estará focada na criminalidade urbana, incluindo a delinquência juvenil, com reforço das acções destinadas, nomeadamente, à apreensão de armas ilegais e criação de um programa contra a delinquência juvenil, direccionado para combater a violência e o vandalismo de grupos organizados, através de equipas multidisciplinares (incluindo psicólogos, mediadores e assistentes sociais) funcionando em núcleos nas esquadras dos principais centros urbanos.

Boa Governação: Áreas-chave da VIII Legislatura

Promover a Boa Governação em todas as suas vertentes será um elemento-chave para o Governo durante a VIII Legislatura. Prioridades-chave incluem:

- Aprofundamento do Estado de Direito Democrático, das liberdades e da democracia
- Melhoria da prestação da justiça
- Garantia de uma gestão económica e governação robustas para manter um equilíbrio macroeconómico saudável
- Promoção da responsabilização e tolerância zero para a corrupção
- Descentralização e empoderamento dos governos municipais, incluindo capacitação e fornecimento de ferramentas
- Melhoria do planeamento e gestão territorial, incluindo o apoio aos governos municipais para desenvolver e implementar o planeamento urbano
- Promover uma agenda verde, incluindo a promoção de energias renováveis, redução de CO₂ promoção da biodiversidade e redução da desertificação
- Melhoria da gestão da administração pública
- Aprofundamento de reformas, de forma a garantir uma prestação de serviços da administração pública eficiente e eficaz
- Promover uma governação integrada para facilitar o acesso através da janela única aos serviços públicos, e o diálogo entre o governo, a população e as empresas
- Garantir a segurança pública e nacional
- Melhorar a recolha, análise e disseminação de informações e dados.

Promoveremos a segurança solidária, com a construção de parcerias e mediações com outras entidades sociais para trabalhar, em cooperação, na redução dos focos geradores de actos ilícitos e ilegais, com influência directa na elevação do sentimento de segurança da população. Promoveremos, assim, a implementação das recomendações do Fórum Nacional sobre a Violência, envolvendo as comunidades, igrejas e organizações da sociedade civil nesse esforço. Simultaneamente, daremos à polícia os meios necessários para acções sistemáticas de controlo das fontes de perigo e maior policiamento dos bairros em maior risco. Reforçaremos a cooperação com os Municípios para a criação e consolidação, lá onde for necessário, de polícias municipais, no sentido de melhorar as condições de tranquilidade dos cidadãos.

Trabalharemos para dar alternativas aos jovens através da promoção de hábitos saudáveis e prevenção de condutas de risco, incluindo a reabilitação, para facilitar a reintegração dos delinquentes e disponibilizar programas de formação dirigidos a jovens, de forma a garantir que tenham a qualificação para conseguirem empregos remunerados.

A segurança marítima bem como a segurança das infra-estruturas críticas serão prioridades da governação.

Continuaremos igualmente a colaboração com nossos parceiros internacionais e países da nossa região para garantir a segurança na região e no Atlântico Médio.

A operacionalização do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional será crucial para a concretização dos objectivos no domínio da segurança e defesa. O enfoque nos objectivos deverá ser a tônica dominante na implementação e actuação do sistema de segurança nacional assente, fundamentalmente, no desenvolvimento das capacidades de previsão do Sistema de Informações da República e de investigação da Polícia Judiciária, a par de uma maior integração da Polícia Nacional que deverá desenvolver novas formas de proximidade e visibilidade da Polícia no relacionamento constante com o Cidadão e a Comunidade. O aprofundamento da reforma das Forças Armadas constituirá, certamente, um reforço substancial para a garantia da segurança no país.

A segurança rodoviária continuará a constituir prioridade, com reforço das campanhas de educação, sensibilização e prevenção, com ênfase na prevenção e repressão do uso do álcool pelos condutores e prosseguiremos a implementação de ferramentas tecnológicas que promovam o conhecimento da sinistralidade e que agilizem o processamento das contra-ordenações, com vista à redução do tempo entre a data da infracção e a da decisão e à promoção da civilidade.

O Governo prosseguirá a reforma do **sector da Justiça**, impondo-se como acção prioritária a contínua modernização do sector, a celeridade e a qualidade da resposta judicial e uma maior eficácia no combate ao crime e na justiça penal.

Os eixos prioritários de intervenção têm a ver com: a prossecução da modernização do sector da Justiça no que tange à requalificação das estruturas físicas, modernização da gestão e celeridade na prestação de serviços, revisão da legislação do registo civil, implementação do pacote legislativo aprovado recentemente na sequência da revisão constitucional, nomeadamente a reestruturação dos Conselhos Superiores, a afectação de recursos ao novo Mapa Judiciário, os Tribunais de Relação e Tribunais de pequenas causas cíveis; a promoção do acesso à Justiça e ao Direito, destacando-se o desenvolvimento de parcerias com a sociedade civil e densificação das Casas de Direito, bem como a garantia do acesso de todos os cidadãos e a sustentabilidade do sistema; a eficácia da justiça penal e o combate ao crime, o reforço da cooperação internacional, da prevenção e do tratamento da toxicodpendência, o reforço da capacidade de defesa da sociedade perante a criminalidade; a reforma e modernização do sistema prisional, ao mesmo tempo que a promoção da reinserção social dos reclusos e de crianças e jovens em conflito com a lei.

Tanto no sector da Justiça como em todos os outros sectores, tencionamos investir fortemente em ferramentas electrónicas de governação. No respeitante à governação electrónica, a nossa Nação transformou-se num exemplo para a nossa região e para muitos outros países ao redor do mundo. Continuaremos a avançar nesta área, privilegiando o princípio da integração. Pretendemos continuar

a usar a nossa plataforma das tecnologias de informação para integrar a Nação nas ilhas e na Diáspora e para a interacção com o Governo. Esforçar-nos-emos para digitalizar a administração pública, introduzir um novo sistema nacional de identificação e promover uma administração desburocratizada e sem papel. Nesse contexto, introduziremos de imediato o passaporte biométrico e o cartão nacional de identificação.

No quadro da prossecução da Agenda da **Reforma do Estado**, serão também de imediato implementados o pacote de reforma e reforço do sistema de **regulação** e o sistema de **planeamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas**.

Serão igualmente prosseguidos os esforços de **racionalização das estruturas** do Estado com ênfase na devolução de poderes (através de contratos-programa, *outsourcing*, desconcentração, descentralização e regionalização) aos cidadãos, às organizações da sociedade civil, às comunidades e ao sector privado e empresas, sempre que possam fazer melhor do que o Estado. O enfoque deverá continuar a ser posto no cumprimento da injunção constitucional de subsidiariedade da máquina pública (tanto a nível da administração central como das autarquias), e dos princípios de aproximação das decisões às populações e, logo, da eficácia do processo de decisão. Elemento da agenda de desconcentração será a presença do Governo central nas regiões. O Governo melhorará a sua representação em todas as regiões e garantirá aos seus representantes a capacidade de decisão, por forma a encurtar os circuitos de decisão, assegurar uma melhor prestação de serviços e maior proximidade à população.

Paralelamente, promoverá o Governo a definição, em diálogo com todos os partidos políticos e a sociedade civil, das opções de **regionalização** em Cabo Verde, no sentido de garantir as condições de um desenvolvimento equilibrado de todas as ilhas, construindo a partir delas novas circunscrições politico-administrativas propulsoras de um planeamento, uma orçamentação e uma execução o mais descentralizada, participada e eficaz possível das políticas públicas.

A agenda da **descentralização** será igualmente um elemento-chave nas prioridades da governação durante a VIII Legislatura. Um nível notável de descentralização do governo central ao municipal ocorreu nos últimos anos. As transferências financeiras do Governo central para os governos municipais multiplicaram-se várias vezes. O Governo continuará a velar para o reforço do municipalismo, designadamente através da revisão dos Estatutos dos Municípios, atribuindo mais poderes e criando melhores condições de governabilidade a nível local. Será também revista a Lei das Finanças Locais, aumentando, deste modo, substancialmente as transferências de recursos financeiros aos municípios. Serão, ainda, criadas condições para a implementação de autarquias infra-municipais. Todo o processo de descentralização será acompanhado da melhoria da capacidade dos governos municipais relativa à feitura de políticas, planeamento, incluindo a orçamentação e gestão. A este respeito, continuaremos a apoiar os governos municipais na implementação do sistema de informação municipal (SIM). Teremos

ganhos importantes com os planos de desenvolvimento municipais (PDMs), incluindo a assistência técnica para a formulação do plano, sua aprovação e apoio na implementação. Igualmente apoiaremos iniciativas de capacitação e de apoio aos governos municipais.

O Ordenamento, a gestão do território e o planeamento urbanístico continuarão a ser prioridades nacionais. Um elemento-chave é a efectiva implementação do quadro legal aprovado e dos Planos Urbanísticos para facilitar a gestão e a racionalidade da utilização da terra, garantir a democraticidade, a transparência no acesso à terra e o sentido ético no uso deste escasso recurso. O sistema de planeamento urbano continuará a ser estruturado e a sua implementação intensificada. Um cadastro nacional será também implementado para garantir os direitos de propriedade e melhorar os processos de registo de propriedades e a gestão nacional da terra. Isto estará ligado ao sistema de informação territorial nacional (SITCV), em fase avançada de desenvolvimento.

Acoplada a estes esforços encontra-se a **Agenda Verde**. Pretendemos criar uma agenda verde transversal baseada na inovação, na procura de um *mix* óptimo de energias renováveis, em cidades sustentáveis e na criação de uma atitude mais respeitadora da natureza e do ambiente em Cabo Verde. Os esforços de promoção da biodiversidade, a melhoria de áreas protegidas, o combate à desertificação, a protecção de florestas, a melhoria do tratamento de águas residuais e a introdução de energias limpas e renováveis serão melhorados. Expandiremos as áreas protegidas e iniciaremos projectos que cobrirão as áreas protegidas de Santo Antão, São Vicente, Sal e Boavista. Fomentaremos o conhecimento e a protecção da biodiversidade marinha e protegeremos as nossas costas. Isto incluirá continuados esforços de planeamento e definição de regras claras de uso e ocupação das áreas costeiras, preservação de reabilitação das praias e protecção de vida marinha, incluindo plantas marinhas, corais, e espécies ameaçadas de extinção tais como as tartarugas. Igualmente pretendemos reduzir as emissões de CO₂, com a materialização dos objectivos da política energética de mudança para energias renováveis, e geração de 50 por cento de electricidade a partir de energias renováveis em 2020. O nosso plano inclui melhorias no planeamento e gestão de áreas protegidas e nos sistemas e capacidade de protecção e gestão ambiental.

Um papel-chave do Governo é o da gestão económica e da garantia de um ambiente que seja conducente ao desenvolvimento. O Governo na VIII Legislatura continuará a insistir e a assegurar-se de que haverá um **ambiente macroeconómico** estável, que o Estado será eficaz nas respostas às necessidades do sector privado, e que haverá tolerância zero para a corrupção. Reformas serão implementadas no respeitante à colecta e gestão de receitas. As reformas em curso na colecta de imposto serão aprofundadas e alargadas, de forma a facilitar o pagamento de impostos e reduzir a evasão fiscal por parte de empresas e indivíduos. Uma outra reforma a ser implementada relativa à gestão tem a ver com a recolha e análise da informação. A reforma do sistema nacional estatístico e de informação, que foi iniciada com a lei de 2009, continuará na VIII Legislatura. O alvo do Governo

é assegurar-se de que o sistema de recolha, compilação e análise da informação encontra-se difundido por todas as agências governamentais. As agências governamentais devem deixar de apenas recolher dados mas assegurar-se de que a informação colectada possa ser facilmente avaliada, disseminada e usada nas tomadas de decisão. O Instituto Nacional de Estatísticas (INE), em colaboração com NOSI, terá um papel-chave no trabalho com agências governamentais na definição do quadro, fornecimento de ferramentas, e estabelecimento de um sistema de informação para recolha e análise de dados em todas as agências governamentais e ministérios. É especialmente importante que os dados sejam colectados e disponibilizados ao público e aos decisores em tempo útil. Isso ajudará a gestão económica e a gestão empresarial. Também será útil para as empresas e os empreendedores.

A **Administração Pública** melhorou nos últimos anos, tendo-se inaugurado novas formas e paradigmas de relacionamento com os cidadãos e as empresas. Contudo, muito mais precisa ser feito no respeitante a reformas durante a VIII Legislatura para assegurar que teremos uma administração pública eficaz e eficiente. Uma administração pública com capacidade de resposta e centrada na prestação de serviços. Para aumentar a eficiência e a produtividade é necessário um choque de motivação e de tecnologia promovido pela automação dos processos, a cooperação interdepartamental, a requalificação profissional e a credibilidade dos funcionários públicos. Por isso, tencionamos continuar a investir em ferramentas tais como as tecnologias de informação, a apoiar reformas de processos e procedimentos e a promover o governo integrado com o objectivo de fornecer não somente uma janela única geral dos serviços governamentais, mas também promover uma “sociedade do relacionamento”, melhorando o desempenho informativo, relacional e transaccional do serviço público aos cidadãos e empresas. O Governo pretende igualmente promover a ideia de uma administração pública sem fronteiras para responder às exigências da concorrência num ambiente global, proporcionando serviços de qualidade à diáspora e promovendo o diálogo entre o Governo, as empresas e as populações. O Governo igualmente introduzirá várias medidas e reformas para melhorar a gestão da administração pública, reforçar os mecanismos de transparência nas aquisições públicas e no recrutamento e contratação de recursos humanos, resolver situações funcionais pendentes e implementar um sistema de gestão baseado no mérito. O nosso objectivo é ter uma administração pública com capacidade de resposta e capaz de se adaptar e acompanhar a Nação na materialização da Visão e da Agenda de Transformação.

Os processos e os procedimentos serão reduzidos. Processos que não adicionam valor serão eliminados. Acabaremos com a prática em que os departamentos de um Ministério não se comunicam ao pedirem aos cidadãos que obtenham e certifiquem documentos emitidos pelo mesmo Ministério. Tudo isto terá de acabar, enquanto vários departamentos deverão reorganizar-se para trabalharem juntos e servir o público. Parte deste esforço incluirá a formação e a focalização em assegurar que os departamentos governamentais estejam orientados

para soluções, em vez de simplesmente interpretarem as normas e agirem como mais um obstáculo que deverá ser superado por parte das empresas e cidadãos.

Continuando na linha da valorização e defesa da **Comunicação Social** como esteio da democracia e garante do pluralismo de ideias e correntes de opiniões reinantes na sociedade, o Governo defende uma comunicação social livre de pressões e de interferências do Estado e que seja um importante instrumento do exercício da liberdade de informação ao dispor dos cidadãos cabo-verdianos no exercício da sua cidadania.

Para tanto, incentivará as empresas públicas e privadas do sector a incorporar as novas tecnologias no seu processo de produção e de distribuição de conteúdos, estabelecerá incentivos à criação de empresas de comunicação ou que prestam serviços afins ou com ela relacionados, procurará regular a concorrência no sector e promoverá a formação dos profissionais, a par da atenção à melhoria da cobertura do país em termos de sinais.

A Comunicação Social deve ser também um instrumento poderoso de educação e de adequação de mentalidades e atitudes, favorecendo uma cultura de trabalho, de progresso, de defesa do bem comum e de valores nacionais. Neste sentido, o Governo dará também grande importância às rádios comunitárias ou rádios locais, pelo papel fundamental no processo de empoderamento da sociedade, mobilizador e integrador das comunidades e dos diferentes grupos sociais na dinâmica social, na luta contra a pobreza e no combate aos fenómenos sociais emergentes das sociedades modernas, além de serem um grande parceiro na promoção dos valores da cidadania.

3.6. Modernizar e ampliar as infra-estruturas

Nenhuma nação no mundo se desenvolveu sem infra-estruturas modernas. A questão não se reduz apenas à construção de infra-estruturas. A manutenção é igualmente uma obrigação. Em Cabo Verde temos feito avanços significativos na construção de infra-estruturas nos últimos anos, o que muitos acreditavam não ser possível. Temos quatro aeroportos internacionais. Temos portos em todas as ilhas. Alargámos a rede de estradas e mesmo no atinente ao difícil desafio dos transportes marítimos estamos igualmente a ter avanços. A electricidade, a água e o saneamento experimentaram investimentos e expansão significativos. No concernente ao transporte aéreo, obtivemos a categoria 1 dos EUA, desde 2004. Hoje, já não podemos dizer que não temos as infra-estruturas necessárias ao lançamento do processo da transformação.

Mas verificamos que mais precisa ser feito. As infra-estruturas podem ainda ser um dos maiores constrangimentos para os esforços de transformação. As infra-estruturas, sob todas as suas vertentes, constituem um aspecto fundamental, tendo em vista o nosso objectivo de transformar Cabo Verde num *hub* internacional de serviços em áreas tais como a pesca, o *trans-shipment* (passageiros e carga), as finanças, o turismo de elevado valor acrescentado, as tecnologias de informação e as economias criativas. Para que Cabo Verde possa competir globalmente e ganhar, é imperativo que continuemos a

transformar o sector das infra-estruturas. O programa de infra-estruturação do Governo visará também criar as condições para fazer de Cabo Verde um Centro Internacional de Negócios.

Infra-estruturas: Áreas prioritárias da VIII Legislatura

As Infra-estruturas são uma necessidade básica da agenda nacional para a criação de uma economia dinâmica, competitiva e inovadora, com prosperidade partilhada. Prioridades-chave da infra-estruturação durante a VIII Legislatura incluirão:

- Desenvolvimento, ampliação e modernização de portos, estaleiros navais, aeroportos, estradas;
- Desenvolvimento do transporte marítimo inter-ilhas, com a construção de terminais de passageiros e carga e aquisição de equipamentos *roll-on roll-off*;
- Consolidação de reformas institucionais no sector da energia, incluindo a conclusão do processo de reestruturação e de reengenharia da ELECTRA;
- Reforço das capacidades instaladas de produção de energia nas Ilhas, de modo a centralizar a produção, interligar e expandir as redes, reduzir as perdas e levar a energia eléctrica a toda a população;
- Reforço da aposta estratégica nas energias renováveis, para que se reduza substancialmente a dependência do exterior e se produza energias limpas e amigas do ambiente;
- Estímulo ao sector privado para investir na área da energia;
- Investimento para melhorar o acesso à água potável, reduzir as perdas de água e facilitar a reutilização de águas residuais;
- Reforma e reestruturação do sector da água e saneamento para melhorar a sua gestão e supervisão;
- Conclusão do programa de infra-estruturação das telecomunicações, incluindo a cobertura *Wifi* em todo o território nacional;
- Promoção de parcerias público-privadas para mobilizar investimentos na infra-estruturação do país.

No sector da energia, o Governo pretende continuar o processo de modernização, melhorando a capacidade de produzir e distribuir electricidade de forma eficiente, melhorando a qualidade de serviços, reduzindo a dependência da energia e a vulnerabilidade e assegurando a sustentabilidade através de uma mudança para as energias renováveis. A verdade é que a demanda pela energia, especialmente a electricidade, continuará a crescer substancialmente no longo prazo.

Continuaremos a fazer os investimentos necessários e a preparar para satisfazer a procura. Os elementos-chave deste processo são as reformas e a reestruturação do sector. Há necessidade de reorganização do sector e de atracção do sector privado com investimentos e capacidades técnicas.

Aprofundaremos e aceleraremos os esforços de reengenharia da Electra para melhorar a eficiência, facilitar serviços regulares, reduzir as perdas comerciais e garantir preços mais baixos. O Governo continuará igualmente a levar a cabo os projectos-chave, tais como a central única para cada ilha, para conseguir ganhos de eficiência devido a economias de escala, e a interligação das redes de distribuição para aumentar a eficiência energética e reduzir as perdas técnicas. Continuaremos o projecto de electrificação rural, de promoção do acesso à electricidade. Como parte dos esforços no sector da energia, pretendemos

aumentar a capacidade de produção de água dessalinizada e estabelecer unidades de produção centralizadas em todas as ilhas. Tencionamos implementar reformas que incentivem a eficiência energética e a utilização de energias renováveis, que concedam incentivos fiscais a favor de economias de energia, que promovam novos códigos de construção, a reforma regulatória, o estabelecimento de tarifas *feed-in*, os incentivos para o uso de energias renováveis e a capacitação técnica.

A água e o saneamento são ambos importantes para garantir a boa qualidade de vida, assim como para promover o desenvolvimento económico. Ampliar as infra-estruturas de água e o saneamento por todo o país é um objectivo do Governo. O objectivo a longo prazo é ter 100 por cento de cobertura. Os projectos em curso serão alargados para aumentar a cobertura nacional e satisfazer todas as necessidades básicas como a electricidade, a água e o saneamento. São objectivos para a VIII Legislatura a construção das redes necessárias e o estabelecimento de um quadro institucional robusto, a fim de garantir o acesso e uma gestão adequada.

Os transportes serão uma prioridade maior durante a VIII Legislatura, dada a sua importância para a agenda de construir uma economia dinâmica, competitiva e inovadora com prosperidade partilhada por todos. As suas diferentes vertentes são cruciais: transporte rodoviário, transportes aéreos e transportes marítimos. A integração dos diferentes meios de transporte e a disponibilização de plataformas logísticas que possam agregar valor aos produtos, melhorar a qualidade dos serviços e reduzir custos, será o nosso maior desafio neste sector. A organização dos transportadores e a promoção de empresas com dimensão e escala nacionais serão fundamentais ao sucesso da modernização dos transportes em Cabo Verde. Um programa de incentivos e de produtos financeiros para o sector serão desenvolvidos, ao mesmo tempo que iremos implementar um quadro institucional e regulador do sector de transportes urbano, inter-urbano e escolar.

Continuaremos a investir com o objectivo de unificar completamente o mercado nacional e proporcionar a movimentação de pessoas e bens de forma regular e menos dispendiosa. Investiremos tanto na construção de estradas principais como em vias de acesso, incluindo pontes, lá onde se mostrar necessário. Investiremos para promover o desenvolvimento, a expansão e a modernização dos portos. Tornaremos mais fácil o embarque de passageiros, o carregamento e a descarga de bens. A construção de terminais de passageiros e de carga em todos os portos, incluindo a aquisição de equipamento *roll-on roll-off* será uma prioridade. Igualmente, continuaremos a desenvolver, expandir e modernizar os aeroportos, para facilitar as viagens aéreas. O investimento no sector dos transportes servirá para garantir que teremos as infra-estruturas necessárias para fazer de Cabo Verde um *hub* de viagens e *trans-shipments* internacionais. O Governo promoverá reformas profundas de políticas estruturais e regulatórias, de forma a reduzir a burocracia e os encargos do sector dos transportes, fomentar a qualidade de serviço e proteger melhor os passageiros. O Governo promoverá também o diálogo e servirá de catalisador para facilitar uma melhor programação (intermodal) entre os

diferentes meios de transporte. No âmbito da melhoria do sector dos transportes, terá continuidade a reestruturação dos TACV e o Governo procurará associar um parceiro privado estratégico com os recursos (financeiros e “know-how” técnico) para apoiar na materialização do interesse estratégico de nos transformarmos num *hub*.

Parcerias Público-Privadas

O Governo continuará o desenvolvimento de infra-estruturas e outros projectos transformacionais durante a VIII Legislatura, através de uma procura agressiva de parcerias com o sector privado. O Governo implementará uma agenda de parcerias público-privadas (PPP). As razões são muitas. PPP permitirão alocar melhor os nossos recursos nacionais. Permitir-nos-ão manter a dívida nacional em níveis sustentáveis. A utilização de PPP permitirão uma realocação mais otimizada dos recursos financeiros do Estado e dos fundos concessionais para projectos que tenham demonstrado viabilidade e capacidade de gerar lucros. Adicionalmente, permitirão a partilha de riscos com o sector privado, o acesso a inovações do sector privado e a aceleração dos projectos. Assim, implementaremos a agenda PPP durante a VIII Legislatura, a qual incluirá o seguinte:

- Criação da Comissão PPP, que orientará os projectos PPP
- Criação de uma unidade técnica de PPP encarregue de implementar a liderança técnica e a gestão corrente dos contratos e projectos PPP
- Desenvolvimento de um quadro legal e institucional das PPP, incluindo o desenvolvimento e a implementação de (i) Lei PPP, (ii) Regulamentação da Lei PPP e (iii) outras regulamentações necessárias
- Desenvolvimento de um programa nacional de PPP e projectos PPP, incluindo a definição de um programa PPP em linha com o Programa de Governo para a VIII Legislatura
- Lançamento de um Programa e projectos PPP, para atrair parceiros
- Avaliação e análise da experiência PPP, incluindo a preparação do relatório da primeira série de projectos e a preparação do guia das PPP

Um elemento-chave das infra-estruturas na economia moderna são as telecomunicações. A infra-estrutura de comunicação nesta era de novos *media* é crucial para a economia. É particularmente importante para nações como a nossa que têm uma estratégia económica nacional baseada em serviços e empenham-se num esforço de modernização com o objectivo de se transformar numa sociedade da informação. Infra-estruturas de telefone, móveis e de internet modernas, de confiança e de baixo custo, são prioridades para Cabo Verde. A penetração telefónica, especialmente do móvel, aumentou substancialmente nos últimos anos. Os custos baixaram. Mas é necessário garantir a diminuição dos custos continuamente. Temos também de garantir a existência de internet de banda larga em todo o país. O nosso objectivo é materializar o acesso universal à internet. As intervenções do Governo durante a VIII Legislatura centrar-se-ão em reformas para promover mais concorrência, melhores serviços, regulação inteligente e investimento nas infra-estruturas.

O Governo entende que obter os recursos necessários será um desafio para o desenvolvimento e a modernização das infra-estruturas. O antigo modelo de financiamento terá de ser mudado em face às nossas realidades nacionais. O acesso ao financiamento concessional provavelmente não estará tão disponível como antes. Teremos de procurar novas formas de financiar os grandes projectos e teremos de começar a olhar cada vez mais para o desen-

volvimento de parcerias inovadoras com o sector privado. Igualmente teremos de procurar novos tipos de financiamento nos mercados de capital locais e internacionais e em instituições de financiamento do desenvolvimento. Entretanto, uma estratégia crucial a seguir pelo Governo será o uso de parcerias público-privadas. Esta é a forma de garantir que continuaremos o desenvolvimento das infra-estruturas necessárias para atingirmos os nossos objectivos nacionais. Esta questão é particularmente importante, visto não quereremos aumentar o peso da dívida nacional para níveis insustentáveis, e permitirá atrair o investimento do sector privado, possibilitando ao país direccionar os seus recursos para outras áreas importantes.

3.7. *Afirmar a Nação Global e Desenvolver Parcerias para a Competitividade*

Afirmar a Nação global, promover a paz e a segurança global e regional e apoiar a agenda económica serão eixos fundamentais em que assentará a acção do Governo durante a presente Legislatura.

3.7.1. *Afirmar a Nação Global*

Cabo Verde é uma Nação Global. Esta não é apenas uma reivindicação mas uma realidade. Factores ligados à localização geográfica e a vicissitudes do processo histórico de Cabo Verde deram lugar a grandes fluxos migratórios do cabo-verdiano para diferentes partes do mundo, especialmente para a América do Norte, Europa, África e América do Sul. Temos a particularidade de haver mais cabo-verdianos ou descendentes de cabo-verdianos fora do que dentro do país. Os emigrantes na Diáspora foram e continuam sendo uma importante alavanca para o desenvolvimento das ilhas. Serão sempre considerados parte integrante da Nação cabo-verdiana e estarão no centro das políticas internas e externas da governação.

Uma Nação Global sem limites e sem fronteiras

Acções a serem levadas a cabo durante a VIII Legislatura para materializar a nossa agenda de uma Nação sem fronteiras incluirão:

- Alargamento dos serviços *online* aos cidadãos e da Casa do Cidadão a todas as comunidades emigradas;
- Continuação da mobilização das competências dos emigrantes em vários sectores da sociedade;
- Promoção de programas de formação com potenciais emigrantes, como “Estagiar em Cabo Verde” e “Visitas de Estudo”, destinados a jovens que pretendam realizar os seus estágios no país;
- Continuação do desenvolvimento de esforços para a aplicação de poupanças dos emigrantes em projectos de investimento em Cabo Verde;
- Reforço da aposta na defesa da nossa identidade com a criação de casas de cultura, no desenvolvimento do ensino da língua cabo-verdiana e na promoção de intercâmbios culturais e de experiência;
- Criação de “Prémios da Diáspora”, destinados a cabo-verdianos e seus descendentes que se tenham destacado nos mais diversos sectores;
- Encorajamento do empoderamento das “segundas gerações”, para que alcancem sucessos nos países de acolhimento e reforcem laços com Cabo Verde;
- Promoção do movimento associativo, que continuará a estar no centro das preocupações do Governo através de protocolos e programas;
- Prossecução da negociação de acordos com os países de acolhimento dos nossos emigrantes, visando garantir o melhor tratamento às suas demandas e necessidades;
- Finalização das negociações com a União Europeia para a facilitação de vistos;
- Continuação do apoio aos segmentos da emigração que mais precisam da Nação, com atribuição de bolsas de estudo para formação superior, atribuição de uma pensão a muitos cabo-verdianos emigrantes em São Tomé e Príncipe, Moçambique, Guiné-Bissau, Angola e Senegal, e garantia para uma reforma condigna;
- Melhoria das condições de recepção e acompanhamento dos cidadãos deportados, bem como uma nova abordagem, de trabalho aprofundado e de proximidade, na prevenção das deportações nos países de acolhimento dos nossos emigrantes;
- Implementação do Museu da Diáspora e da Casa da Diáspora e a institucionalização do Dia das Comunidades;
- Criação do Conselho das Comunidades, um espaço que promoverá uma maior participação dos emigrantes na vida da Nação.

A diáspora cabo-verdiana será chamada a assumir um papel significativo na materialização dos importantes objectivos preconizados no presente Programa de Governo. Procuraremos, deste modo, assegurar que os laços das segundas e posteriores gerações da diáspora com a Nação cabo-verdiana continuem fortes e se aprofundem. Esta é uma das razões por que estamos empenhados na agenda de “Nação sem fronteiras”. E é neste sentido que trabalharemos para a implementação dos acordos recentes, tal como a Parceria para a Mobilidade com a União Europeia, para facilitar vistos e assistência àqueles que queiram regressar. Continuaremos a aprofundar a simplificação do acesso aos serviços governamentais, tais como as Casas do Cidadão e Certidões *online*. O objectivo último é facilitar o acesso a todos os serviços do Estado e tornar mais fácil a interacção da Diáspora com a administração pública, independentemente do lugar onde se encontre.

Igualmente, o Governo alargará as actividades de promoção cultural, o que incluirá o fomento, a criação de mais centros culturais, o desenvolvimento e o ensino da língua nacional, a promoção de intercâmbios culturais e o incentivo a políticas de fixação de preço que facilitem visitas a Cabo Verde por parte da Diáspora.

Continuaremos a desenvolver a acção diplomática visando uma maior integração da diáspora no seio da Nação global, para assegurar que os emigrantes estejam melhor integrados nas suas comunidades anfitriãs e que cada um possa interagir com o Governo como se estivesse numa das nossas ilhas.

A agenda de “Nação sem fronteiras” é bastante abrangente e pretende garantir a participação das comunidades emigradas na vida nacional. Usaremos ferramentas modernas do programa de governação integrada para facilitar o acesso por parte dos emigrantes à administração pública. Igualmente facilitaremos a sua participação na economia, fornecendo serviços e assistência melhorados. Pretendemos também identificar formas de fazer com que os emigrantes especialistas venham trabalhar em Cabo Verde e participar em programas de troca de experiência onde as suas habilidades e experiências possam ser partilhadas. Da mesma forma, estabeleceremos uma plataforma para consultas regulares com a comunidade emigrante, de molde a poderem melhor participar na vida nacional e se envolverem em actividades empresariais e programas de desenvolvimento.

Facilitaremos a participação da Diáspora em programas sociais, como a segurança social e as pensões. Continuaremos a desenvolver oportunidades de ensino para os emigrantes e seus filhos, com o aumento de oportunidades de bolsa de estudos para frequentar universidades em Cabo Verde. O projecto de universidade *online* será um elemento-chave para permitir que qualquer membro da Diáspora cabo-verdiana e suas famílias tenha a oportunidade de formação nas universidades cabo-verdianas.

Por outro lado, e sendo certo que a história cabo-verdiana é marcada pela emigração, estamos agora a presenciar um rápido crescimento de imigrantes de África, Ásia e Europa que procuram o nosso país para viver. Compreendemos os desafios e oportunidades que a imigração

engendra. Assim, procuraremos engajar todas as partes interessadas na implementação da política nacional para a Imigração. Também teremos em conta os desafios da imigração na implementação da política externa, dada a sua importância para o trabalho, emprego, formação, ensino, saúde e segurança. Levaremos a cabo uma política que facilite a integração da comunidade imigrante na vida nacional. A política para a imigração também favorecerá os investidores, empresários e pessoas altamente qualificadas que poderão ajudar-nos a atingir os objectivos da agenda para a transformação e modernização.

Uma Política de Imigração para enfrentar desafios futuros

- Instalação da Unidade de Coordenação da Imigração (UCI), capacitação de recursos humanos e implementação paulatina do novo modelo institucional de gestão e supervisão das migrações;
- Lançamento do processo de execução da Estratégia Nacional de Imigração (ENI) e adopção de planos de acção sectoriais (ou ministeriais) para a imigração;
- Revisão da Lei de entrada e permanência de Estrangeiros no território nacional;
- Elaboração da proposta cabo-verdiana para a flexibilização do Protocolo de Livre Circulação e negociação com a CEDEAO e países de origem da região;
- Institucionalização de um sistema partilhado de dados sobre a imigração, a socialização e partilha das iniciativas de registo de estrangeiros (PASSE, SNIAC e actividades conexas), a aferição, formatação e alinhamento das soluções técnicas e tecnológicas com os objectivos e preocupações fundamentais da PNI, tendo em vista o domínio estatístico das entradas, permanências, mobilidade interna e saída de estrangeiros;
- Concepção e implementação do Projecto de reforço de capacidades de ONG's e associações de imigrantes na elaboração/implementação de projectos e organização institucional;
- Concepção e implementação do Projecto “Fundo de Integração dos Imigrantes”, destinado ao financiamento de projectos de ONG's ou de Associações de Imigrantes que tenham como objectivo promover a integração e participação social dos imigrantes em Cabo Verde.

3.7.2. Desenvolver Parcerias para a Competitividade

Vivemos num mundo novo, em constante mutação e cada vez mais competitivo, mas também interdependente. O sucesso das nações depende das orientações estratégicas que souberem traçar e da agilidade com que forem capazes de as concretizar e de reagir a essa mutação em defesa dos seus interesses. Para tanto, são cruciais as parcerias que teremos de consolidar e criar para garantir o acesso ao financiamento – seja sob forma de ajuda oficial ao desenvolvimento, de financiamento concessional ou de investimento directo externo – e, bem assim, o cada vez mais importante acesso aos mercados.

Continuaremos a consolidar antigas alianças e parcerias, enquanto procuraremos construir novas pontes de cooperação na procura de benefícios mútuos. Igualmente, continuaremos a aprofundar a participação do país e o envolvimento em organizações regionais e internacionais, tais como a CEDEAO, a CPLP, a União Africana, a Macaronésia, os ACP e a Francofonia. Continuaremos as nossas parcerias especiais com a União Europeia, com a RUP e com a Macaronésia e reforçaremos a participação de Cabo Verde nas Nações Unidas, contribuindo para a procura de soluções multilaterais às questões globais,

particularmente as que são importantes para o país. Igualmente continuaremos a desenvolver parcerias para reforçar a cooperação sobre segurança, especialmente a relacionada com a segurança marítima, o combate ao tráfico ilegal e ao crime internacional organizado.

A implementação da Agenda de Transformação e a necessidade de mobilizar recursos externos para o desenvolvimento exigem que reforçemos a capacidade no seio da administração e, especialmente, da diplomacia cabo-verdiana, para aproveitar novas oportunidades que se proporcionarem nesse âmbito. Parte deste esforço incluirá o melhoramento da nossa capacidade institucional e visará assegurar que a representação externa inclua nas suas prioridades a promoção comercial, turística e de exportações do país, o acesso aos mercados e a mobilização de financiamentos e de investimentos. Igualmente, procuraremos promover a assinatura de novos acordos para garantir a protecção recíproca dos investimentos e evitar a dupla tributação, entre outros instrumentos e iniciativas necessários ao reforço da diplomacia económica. Enfim, a diplomacia seguirá com atenção a cooperação internacional em matéria do meio ambiente e das mudanças climáticas, incluindo as medidas de financiamento das acções de mitigação e de adaptação nesse âmbito.

A diplomacia tem como objectivo fundamental defender externamente o interesse nacional. Consequentemente, o Governo continuará a trabalhar para promover a paz e a segurança globais, assim como, nessa perspectiva, o reforço do papel do Direito Internacional na regulação das relações externas.

Estamos particularmente interessados em apoiar a comunidade internacional e os nossos vizinhos em tornar a região do Atlântico Médio e da África Ocidental numa zona segura e de paz.

Faremos reajustes nas representações externas do país e reformas nas missões diplomáticas para assegurar que seremos capazes de responder às prioridades. Vamos integrar nas missões diplomáticas e consulados novas tarefas, tais como a promoção económica. Facilitaremos também o funcionamento efectivo do **Conselho Nacional da Política Externa e Cooperação (CNPEC)**, com o objectivo de assegurar a materialização das prioridades para a diplomacia durante a VIII Legislatura.

4. Materializando a Agenda Estratégica

A VIII Legislatura é o momento de fazer o sucesso cabo-verdiano irreversível. É o momento de acelerar o processo de transformação e de modernização. É igualmente o momento de estabelecer as bases para que Cabo Verde seja uma plataforma internacional de serviços de elevado valor acrescentado. É hora de aumentar a competitividade do país, de forma a ampliarmos a base produtiva e económica nas áreas novas estratégicas que, como Nação, identificámos.

4.1. Criando os consensos nacionais

A materialização da visão não será fácil. Na verdade, a parte mais fácil é a definição e a obtenção de um consenso sobre a visão. A conjuntura internacional de hoje e, suspeitamos, durante toda a VIII Legislatura será provavelmente desafiante. O objectivo, enquanto Nação e Governo, é navegar neste mundo emergente de uma maneira estratégica. Temos de criar e aproveitar oportunidades sempre que possível. Por outro lado, evitaremos ou minimizaremos as ameaças que emanam do ambiente internacional. Criticamente, teremos de fazer o que for necessário para atingir a visão que temos para o futuro.

Para que as grandes reformas e medidas de política projectadas possam acontecer terão de contar com o envolvimento da população, das associações e do sector privado. O que queremos ver é o empoderamento da cidadania, das associações civis e do sector privado, para que sejam capazes de iniciar e empreender acções. Gostaríamos de ver a sociedade civil e associações empresariais a fazer propostas e, onde possível, avançar com programas. Durante a VIII Legislatura o Governo manterá a sua política de diálogo e concertação e estará aberto e receptivo a ideias, bem como trabalhará com os grupos interessados no avanço da agenda nacional de transformação e modernização.

Uma política externa para afirmar mais Cabo Verde no Mundo ao serviço da Agenda de transformação.

Para isso daremos continuidade a medidas que visem:

- Reforçar a nossa diplomacia na defesa dos nossos interesses como Nação Global e na promoção da paz e da segurança para todos;
- Apoiar a consolidação do multilateralismo e o debate internacional sobre as questões importantes para Cabo Verde pela via da nossa participação assídua nas Nações Unidas e na União Africana e o envolvimento em outras organizações internacionais e regionais;
- Aprofundar a integração regional de Cabo Verde, nomeadamente na CEDEAO, na CPLP e na Macaronésia;
- Continuar a desenvolver as parcerias, especiais e estratégicas e, em particular, as parcerias com a União Europeia, as RUP e os PALOP;
- Alargar a cooperação existente nos domínios da defesa e da segurança cooperativa com outros parceiros, particularmente, nos domínios da vigilância marítima, do combate aos tráficos ilícitos e na prevenção de outras ameaças;
- Contribuir para o reforço da codificação do Direito Internacional, particularmente no domínio dos Direitos Humanos e do Direito Humanitário, de temas sociais, da justiça penal, do desarmamento e da não proliferação, da Democracia e da Boa Governança, assim como em outros domínios de interesse político, económico e social;
- Promover, nesse quadro, prioritariamente, uma diplomacia económica para o desenvolvimento, mobilizadora de recursos, através, por um lado, da ajuda pública e de fluxos concessionais e, por outro, de parcerias visando o investimento directo estrangeiro, o acesso a mercados, pela via de acordos comerciais, e outros instrumentos de facilitação nesse âmbito como os acordos de Dupla Tributação e de Protecção dos investimentos;
- Participar nos esforços internacionais de regulação ambiental e de cooperação no âmbito das mudanças climáticas, assim como de aproveitamento dos financiamentos nesse domínio;
- Usar a nossa diplomacia para assegurar uma maior integração e participação das nossas comunidades emigradas e, por outro lado, para atender aos desafios para a nossa política externa que resultem da implementação de uma política nacional para a Imigração;
- Fazer da diplomacia cultural um instrumento de projecção de Cabo Verde no Mundo, através do desenvolvimento de parcerias no domínio das economias criativas, de realização de intercâmbios culturais e como factor de consolidação da participação das nossas comunidades emigrantes na vida nacional;
- Reajustar e prosseguir na via da modernização da rede das nossas representações diplomáticas e consulares para responderem às prioridades da política externa e, em particular, reforçá-las com as funções de promoção económica;
- Garantir maior articulação no exercício da nossa diplomacia, através do funcionamento efectivo do Conselho Nacional da Política Externa.

Temos de facilitar melhor a articulação entre os governos central e municipais. Temos de implementar as mudanças e as reformas necessárias, de forma a garantir que o Estado e a sua administração pública sejam eficientes, eficazes e orientados para resultados. Como parte deste processo, temos de garantir que haverá uma coordenação eficaz dentro do Governo e com o sector privado e haja instrumentos fortes de acompanhamento e avaliação.

É importante que criemos um consenso nacional sobre onde estamos e para onde vamos. Teremos de estabelecer um processo de consultas entre os partidos no Parlamento para facilitar o trabalho conjunto. Isto é fundamental dado o ambiente externo desafiante que enfrentaremos durante a VIII Legislatura. O consenso e a colaboração entre todas as partes interessadas nacionais são a única maneira de fazer face ao desafio levantado pela difícil situação externa. Os partidos podem competir com ideias. Podem competir a muitos níveis, mas temos de estar unidos sobre onde queremos chegar enquanto Nação, face aos desafios do ambiente externo. As populações e o sector privado devem ser parte do pacto nacional.

O Governo auscultará as forças vivas da sociedade civil sobre matérias de importância para os cidadãos e para as instituições da República. O Governo estará atento às expectativas das diferentes organizações representativas da cidadania, bem como accionará os mecanismos institucionais que lhe são próprios, para envolver todas elas na busca de soluções para os desafios que o país enfrenta. Em sede de Concertação Social, o Governo procurará envolver os parceiros sociais, os sindicatos e o patronato, na construção de entendimentos estratégicos sobre as principais matérias de interesse nacional e, particularmente, no que respeita à criação do emprego.

4.2. Implementando a Agenda com a Participação de Todos

As recentes eleições legislativas foram um exemplo do progresso que fizemos como Nação. Mostraram a maturidade da nossa democracia e o envolvimento do povo Cabo-verdiano, tanto no país como na Diáspora. No entanto, uma democracia completa não se resume a eleições; ela tem que ver com a participação e o envolvimento dos cidadãos. É um facto que o desenvolvimento e a transformação genuína não podem ser oferecidos pelo Governo ao povo. Este tem de estar comprometido com o processo e deve ser condutor activo do processo de mudança, pelo menos para exigir a responsabilização e assegurar-se de que o Governo está a dar os passos apropriados.

A democracia e o desenvolvimento são co-responsabilidade do governado e do Governo. São projectos nacionais. Esta é a razão por que o desenvolvimento do Programa do Governo para a VIII Legislatura foi um esforço colectivo, com a participação aberta à população. O processo incluiu uma série de diálogos com as partes interessadas, de solicitação a especialistas, e um processo de recolha de dados usando os novos meios (*online*, *web-site*, etc.). Foi também influenciado pelas ideias que emanaram do diálogo nacional que as recentes eleições suscitaram.

A VIII Legislatura trará consigo a governação mais participativa da história nacional. Começamos o processo fazendo da formulação do Programa de Governo um processo participativo e interactivo. Isso continuará com a própria governação. Envolveremos os cidadãos, as organizações da sociedade civil e o sector privado. Cada uma das partes interessadas tem um papel importante na implementação do Programa para a VIII Legislatura. O Governo garantirá que haverá um diálogo e interacção contínuos entre todas as partes interessadas.

A colaboração será maior do que o diálogo. O Governo continuará a aprofundar o seu relacionamento e colaboração com as organizações da sociedade civil e associações rurais. Esperamos que muitas das organizações e das associações ajudarão a liderar a implementação dos programas do Governo. A colaboração entre o Governo e as associações será reforçada para permitir o planeamento e a implementação do programa conjunto. O Governo aprofundará e aumentará o apoio às associações e aos grupos civis para facilitar a capacitação. O objectivo é ajudar a melhorar a capacidade das associações e dos grupos cívicos no planeamento e implementação de projectos, a fim de assegurar que serão parte do processo de transformação de Cabo Verde.

O sector privado e os empresários cabo-verdianos têm um papel importante de liderança no processo de transformação económica. O desenvolvimento dos sectores e *clusters* de transformação dependerá de como as empresas nacionais e empresários responderem às novas oportunidades nestes sectores e da sua capacidade para desenvolver ideias inovadoras, criar empresas, atrair parceiros estratégicos, aumentar a produtividade e competir no mercado global.

O Governo continuará a desenvolver uma via para que os negócios prosperem e a assegurar que a administração pública se transforme num aliado das empresas do sector privado e dos investidores. O Governo também envolverá o sector privado na elaboração de políticas, no planeamento e na implementação de planos de acção para desenvolver os sectores e *clusters* da transformação. O sector privado terá um lugar principal à mesa quando as decisões críticas forem tomadas e será incentivado pelo Governo a ser um parceiro-chave no processo de desenvolvimento dos sectores e *clusters* da transformação. Um instrumento-chave a ser desenvolvido é o diálogo permanente com o sector privado, o apoio às associações do sector privado e o estabelecimento de grupos consultivos do sector privado para o Governo e sua equipa económica.

A necessidade de mudança e de envolvimento não se resumem apenas aos grupos cívicos e ao sector privado. Os cabo-verdianos residentes e na Diáspora têm um papel importante a desempenhar. A agenda vai exigir grandes reformas e requer um compromisso de todos, para todos fazerem parte da transformação e da modernização, pois temos de poupar mais, ser mais empreendedores, arriscar e trabalhar mais duramente para a transformação e a modernização da Nação cabo-verdiana.

4.3. *Articulando a Acção do Governo, da Administração Pública e das Autarquias*

Uma das grandes reformas e mudanças que terá de ocorrer enquanto nos esforçamos na implementação do Programa do Governo para a VIII Legislatura tem a ver com o nível de articulação, coordenação e avaliação. Esta forma de colaboração deve acontecer a dois níveis: no seio da administração pública e entre o Governo central e os governos municipais.

O primeiro é dentro da própria administração pública. É crucial porque o Governo não pode e não deve operar em silos se a ambiciosa agenda para a VIII Legislatura tem de ser materializada. A colaboração deve ser a norma, desde o desenvolvimento de ideias ao planeamento, à implementação e à avaliação. Os ministérios, as agências e as instituições autónomas devem deixar de trabalhar e de planear em silos. O processo de planeamento anual deve ser revisitado e melhorado. Os planos sectoriais devem estar ligados à agenda nacional para a transformação e modernização. Ao invés de planos baseados em desafios ou questões internas ao sector, os planos sectoriais devem ser inspirados ou enformados pelos grandes objectivos nacionais e pelos desafios estratégicos, com um foco específico no que pode ser feito nesse sector para solucionar os desafios estratégicos nacionais e para atingir os objectivos nacionais acordados. Para a VIII Legislatura, o objectivo nacional é a criação de uma economia dinâmica, competitiva e inovadora, com prosperidade partilhada por todos. Os desafios estratégicos nucleares enformam a agenda estratégica. O plano de cada ministério deve ser visto no âmbito da consecução deste objectivo e da solução dos desafios. Esta metodologia de planeamento consubstancia o primeiro nível de articulação e de coordenação que é crucial. A Direcção Nacional do Plano (DNP) e o Centro de Políticas e Estratégias (CPE) terão um papel fundamental na VIII Legislatura ao garantir que os planos sectoriais e o trabalho diário dos diversos departamentos são coordenados e estão em linha com os objectivos nacionais.

A coordenação deve incluir um envolvimento horizontal entre as instituições do Governo central. Muito terá de ser feito na VIII Legislatura para assegurar que haverá um processo acordado para a coordenação entre ministérios e agências do Governo. O desafio hoje é que o Governo não tem uma equipa definida, cujo papel seja o de facilitar a coordenação ou implementar um processo de avaliação. O vazio institucional pode ser configurado como um constrangimento-chave à coordenação a nível horizontal. Este aspecto será resolvido na VIII Legislatura. O Governo criará um mecanismo institucional para facilitar a coordenação e a avaliação. O segundo nível de coordenação é entre o Governo e as autoridades municipais. A articulação entre o Governo e estas entidades é essencial para o sucesso da agenda de transformação e modernização. É muito importante, visto ter potencial para impedir o desenvolvimento. O que é evidente hoje é que há necessidade de diálogo entre os dois níveis de governação. O diálogo deve ser permanente. É necessária uma estrutura formalizada para envolver os governos locais sobre questões políticas-chave da agenda nacional.

Os governos locais têm de estar presentes quando os problemas forem definidos, os objectivos estabelecidos, as estratégias formuladas e os planos de acção propostos, de modo a que possam ser entusiásticos membros da equipa aquando do processo de implementação. Isto também permitirá aos governos municipais sincronizarem as suas agendas de desenvolvimento com a do Governo.

Paralelamente à questão da coordenação está a da avaliação. Esta é a área focal do Governo, visto haver necessidade de um sistema de seguimento e avaliação. O Ministério das Finanças e Planeamento desenvolverá um sistema de seguimento e avaliação de todos os programas e planos do Governo a nível nacional. O ministério apoiará igualmente todas as agências e demais ministérios no estabelecimento de sistemas de seguimento e avaliação sectoriais próprios. Os sistemas a serem desenvolvidos permitirão ao Governo ter as ferramentas e capacidade para medir o progresso, examinar realizações e obter informações úteis em casos de fracasso, assegurando que lições sejam retiradas e medidas correctivas implementadas, quando necessário.

Somos uma Nação pequena, com recursos limitados e uma agenda grande. Devemos assegurar-nos de que coordenamos as acções do Governo, dadas as implicações negativas se o não fizermos. A questão da coordenação é demasiado importante para ser consignada a apenas um ministério. Sim, um ministério pode ser responsável pelo relacionamento com os municípios. Mas não deve impossibilitar as ligações directas entre ministérios ou agências sectoriais que tenham ligações directas com os governos municipais. Facilitar a articulação, a coordenação e a avaliação mais robustas são prioridades-chave da VIII Legislatura.

4.4. *Centrando na prestação de serviços de qualidade*

A nossa capacidade de materializar a agenda estratégica e de atingir os objectivos é altamente dependente da administração pública. A capacidade de um governo realizar ou fazer coisas acontecer depende principalmente da eficiência e da eficácia de sua administração. Cabo Verde não é diferente. A administração pública é crucial e tem papéis essenciais a desempenhar. Ela é o rosto do governo. Essa é a razão por que o Governo está concentrado em assegurar uma administração pública eficiente e eficaz. Grandes investimentos continuarão a ser realizados em ferramentas das tecnologias de informação, para ajudar a facilitar o trabalho dos funcionários públicos. Reformas serão levadas a cabo para melhorar a gestão da administração pública, por forma a assegurar que haverá uma ligação entre a produtividade, o desempenho e a recompensa.

Ligada a esta questão, está a tarefa de garantir que a administração pública esteja centrada na prestação de serviços. Enquanto Nação fizemos grandes investimentos em infra-estruturas ao longo dos anos. Expandimos instalações. Contudo, sob vários aspectos não tivemos um salto qualitativo significativo na qualidade de serviço.

Agora é uma boa altura para maximizar o uso do que existe, assegurar uma gestão eficiente e a prestação de serviços de alta qualidade. Haverá necessidade de grandes mudanças de mentalidade e de metodologia. Todos na administração pública terão de perceber o seu papel como prestador de serviços e garantir a satisfação dos seus clientes, dos cidadãos e das empresas.

A transformação institucional no sector público envolve necessariamente a transformação dos servidores públicos, através da mudança de paradigmas e atitudes. Existe uma necessidade premente de desenvolvimento de novas capacidades, tanto individuais como institucionais, de modo a garantir a apropriação pelos funcionários públicos das inovações introduzidas a partir da implementação da Reforma do Estado.

Parte desta reorientação deve ser ligada à recentragem da agenda da reforma do Estado de mudanças institucionais macro, à melhoria dos processos e procedimentos. Simplesmente existem demasiadas exigências e etapas processuais burocráticas que não são essenciais mas que são parte dos requisitos para a obtenção de serviços do Estado. O resultado final não é bom, nem para a população nem para as empresas. É caro. Faz o desempenho do país em classificações internacionais, tais como o *Doing Business*, mais baixo do que devia ser. De facto, a duplicação, a falta de coordenação e a falta de informações claras sobre os requisitos transformaram-se em impedimentos-chave à disponibilização de serviços de qualidade. Isto tem implicações nos investimentos directos externos, num mundo altamente competitivo como é o de hoje. Para uma Nação como a nossa, dependente de recursos externos, não podemos continuar como se nada estivesse a acontecer. Exige-se uma mudança que será levada a cabo rigorosamente durante a VIII Legislatura.

A mudança de paradigma na administração pública cabo-verdiana requer do pessoal dirigente, técnico e administrativo uma elevação no nível do desempenho profissional, através da aquisição de novas competências que facilitem a concretização de novas práticas de gestão pública. Deste modo, para que os objectivos estratégicos governamentais sejam alcançados de maneira eficiente e eficaz, os recursos humanos da administração pública necessitam de conhecimentos, aptidões, competências e atitudes adequadas a funções desempenhadas e alinhadas aos objectivos institucionais.

O Governo promoverá uma estratégia nacional de capacitação dos funcionários públicos, com foco em competências essenciais e transversais que permitirão a adequação contínua das competências individuais às transformações do país e às prioridades da administração pública, bem como a apropriação destas novas competências pelas instituições governamentais.

O Governo facilitará a reorientação do programa de reformas do Estado durante a VIII Legislatura. As reformas macro continuarão. Mas haverá um compromisso similar, se não mais forte, para o trabalho com os ministérios e

as agências governamentais na análise dos seus procedimentos e processos de prestação de serviços ao público e às empresas. Cada ministério e agência, com o apoio do programa de Reforma do Estado, deve submeter-se a uma gestão da reengenharia e mudança de processos. O Governo exigirá que as suas agências e ministérios se desfaçam dos requisitos e processos redundantes. Será encorajada a coordenação interna e intra ministérios ou agências, como forma de se reduzir a necessidade de pessoas terem de andar de um lado para outro dentro de um mesmo ministério, levando documentos de um departamento para outro. Certamente, os ministérios têm capacidade de institucionalizar procedimentos para comunicações e aprovações internas. Os objectivos são bastante elementares para reduzir o tempo necessário para serviços e melhorar a qualidade de prestação de serviços.

Paralelamente à necessidade de reformar os procedimentos, deve-se mostrar claramente em *websites* do Governo e quadros de anúncios, o que é necessário e os passos para a obtenção de serviços por parte das agências governamentais. Os procedimentos e as taxas devem ser claros, assim como os requisitos. Tudo isso deve ser facilmente acessível, de modo que o que é esperado seja previamente do conhecimento do utente, antes de se dirigir ao ministério ou à agência para submeter os seus pedidos. Tornar a informação necessária facilmente acessível permitirá evitar que pessoas recebam diferentes interpretações de funcionários de um mesmo ministério. Ou casos em que a uma pessoa é exigida entregar X, apenas para ser informada uma semana depois que ainda precisa de Y. Como parte da gestão da reengenharia e mudança, cada agência e ministério deverá entregar dois relatórios anuais ao Conselho de Ministros. O primeiro deverá incluir o plano anual para a melhoria da prestação de serviços. Terá de ser submetido no início de cada ano. O segundo será o relatório de fim de ano, que deverá indicar em como o ministério ou a agência melhorou a eficiência dos serviços durante o ano e conterà estimativas de tempo e custos poupados aos clientes. Os resultados devem ser específicos e mensuráveis.

O Governo está interessado em reduzir a burocracia e as ineficiências e centrar-se-á na reforma dos processos administrativos para uma administração pública mais eficiente e mais eficaz, capaz de disponibilizar serviços de alta qualidade. As reformas processuais são boas para a administração pública, por produzirem um ambiente de trabalho mais eficaz. São igualmente boas para os cidadãos e as empresas. Poupam tempo e custos. Permitirão que melhoremos o desempenho do país nos relatórios *Doing Business* e outras classificações internacionais, densifiquemos o nosso tecido empresarial e melhoremos a atracção do investimento directo externo. Esta é uma situação em que todos ganham e a Nação cabo-verdiana sairá beneficiada.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRAFICOS NA INCV



NOVOS EQUIPAMENTOS NOVOS SERVIÇOS DESIGNER GRÁFICO AO SEU DISPOR



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: incv@gov1.gov.cv
Site: www.incv.gov.cv

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série	8.386\$00	6.205\$00
II Série.....	5.770\$00	3.627\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00

Para países estrangeiros:

	Ano	Semestre
I Série	11.237\$00	8.721\$00
II Série.....	7.913\$00	6.265\$00
III Série	6.309\$00	4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTE NÚMERO — 420\$00